

AMANDA LUIZA FREIRE DE ALMEIDA

**PEDAGOGIA DA
MONUMENTALIZAÇÃO
CAMPINA GRANDE (1956-1964)**



Amanda Luiza Freire de Almeida

“Se destaca por sua qualidade narrativa apresentando uma escrita sensível e envolvente, não deixando de lado o rigor historiográfico apresentando consulta de fontes variadas e exaustivo trabalho de entrecruzamento de informações. Sem dúvida supre uma lacuna historiográfica em relação ao passado de Campina Grande, um capítulo importante da cidade e que tem seus ecos em nosso presente. Ao tratar de monumentos a história também amplia seus objetos de análise e os documentos de pedra passam também a dizer muito para os historiadores e leitores do presente”.

Dr. Matheus da Cruz e Zica

“Instiga ao leitor o significado de fazer pesquisa com os monumentos, pelo seu diálogo contínuo com os mortos, conferindo-lhes vida, ação, trama produzida de avessos, de nós... A sua escrita tem ação pedagógica e detetivesca, desvendando intrigas políticas e proporcionando reflexões sobre como produzir uma narrativa instigante e sem perder as teorizações compostas de diálogos originais. O livro proporcionará ao leitor a experiência única e poder apreender os sentidos de uma pesquisa bem-feita com uma escrita que ensina e provoca o leitor a pensar na complexidade da vida e do seu legado”.

Dra. Ilka Miglio de Mesquita

PEDAGOGIA DA MONUMENTALIZAÇÃO - CAMPINA GRANDE (1956-1964)

 Editora
da UFCC
Campina Grande – PB
2023

A447p Almeida, Amanda Luiza Freire de.
Pedagogia da monumentalização – Campina Grande (1956-1964)
[livro eletrônico] / Amanda Luiza Freire de Almeida - Campina Grande :
EDUFCG, 2023.

149 f. : il. color.

E-book (PDF)
ISBN: 978-65-86302-87-5

1. Monumentalização. 2. Educação Não Escolar. 3. História. I. Título.

CDU 725.825

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS GONÇALVES CRB-15/093

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Yasmine Lima
Diretora da Editora da UFCG

Anselmo Ribeiro Lopes
Assessor da Editora da UFCG

Dra. Ediliane Lopes Leite de Figueiredo
Revisão

Shayene Alves de Araújo
Diagramação

CONSELHO EDITORIAL EDUFCG

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Mário de Sousa Araújo Filho (CEEI)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Saulo Rios Mariz (CCBS)
Valéria Andrade (CDSA)

CONSELHO CIENTÍFICO HISCVLPE

Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior (UNIFAP – AP)
Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita (UNIT – SE)
Profa. Dra. Ione Ribeiro Valle (UFSC – SC)
Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG – PB)
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG – MG)
Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini (PUC-SP)
Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes (UFPB – PB)
Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica (UFPB – PB)
Profa. Dra. Regina Coeli Gomes Nascimento (UFCG – PB)

Dedico a todos os corpos não monumentalizados, os que subvertem a lógica linear das ereções, que constroem suas próprias rotas de fuga, que escapam aos emolduramentos, às prisões em corpos estáticos tal qual bustos e estátuas de bronze sobre o concreto.

Ao Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica, orientador dessa pesquisa, por me encorajar a romper com a escrita técnica e amarrada das ciências exatas, pela sensibilidade nas observações, pelas valiosas orientações sem o qual esse trabalho não poderia ter se realizado. Mais do que orientações acadêmicas, se preocupou em me preparar para outras questões sensíveis da vida, indicando caminhos, alertando sobre algumas armadilhas e sendo sempre gentil em suas colocações. Sem dúvidas, foi o grande encorajador dessa pesquisa. À professora Dra. Edjane E. Dias da Silva por ter sido aquela que primeiro semeou a semente, por me apresentar com paciência o poder da leitura, afinal em suas palavras “só se fala daquilo que o coração está cheio”. Agradeço pelas prazerosas tardes no “café com poesia”, que me incitavam a pensar, questionar, que me deslocavam de mim mesma. Sou profundamente grata por ter me apresentado esse universo da historiografia, onde encontrei subsídios para minimizar as minhas inquietações. Aos meus familiares que indiretamente contribuíram pela realização desse trabalho, em especial, à minha mãe Rita Maria Freire, Licenciada em História pela UFCG (1998) e professora na rede pública de ensino Municipal do Ingá-PB. Embora não tenha participado diretamente do processo de pesquisa e escrita deste trabalho, foi a partir dela que cresci cercada de livros de História e Literatura.

| SUMÁRIO |

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
PEDAGOGIA DA PRODUÇÃO E DO APAGAMENTO DE BUSTOS E ESTÁTUAS	30
SEÇÃO 1.1	
Um tal Largo da Legalidade com um busto de Leonel Brizola, aonde foi parar?	34
SEÇÃO 1.2	
“Estávamos com sede, deste-nos de beber. Deus te pague!”	46
CAPÍTULO 2	
“UM MORTO VESTIDO PARA UM ATO INAUGURAL”	58
SEÇÃO 2.1	
Félix Araújo e o imaginário anticomunista na Paraíba	60
SEÇÃO 2.2	
Querelas em torno da monumentalização de Félix Araújo	68
CAPÍTULO 3	
A NARRATIVA BIOGRÁFICA: UMA NOVA FORMA DE MONUMENTALIZAR	82

SEÇÃO 3.1	
Os bustos de Major Lino Gomes e Hortênsio Ribeiro: a concretização da biografia	84
SEÇÃO 3.2	
Argemiro de Figueiredo na popular “Praça dos Híppies”	102
SEÇÃO 3.3	
“Dois monumentos de dois homens que em vida tudo fizeram para o engrandecimento da nossa terra”	110
CAPÍTULO 3.4	
Teria a promessa se cumprido?	118
SOBRE O AUTOR	
Amanda Luiza Freire de Almeida	146
SOBRE A HISCULPE	
História Cultural das Práticas Educativas	148

| INTRODUÇÃO |

Barulhenta foi a minha concepção, eu nasci em Campina Grande entre demoradas sessões de debate e o soar das máquinas de datilografia sobre o papel, letra após letra. Minha certidão de nascimento foi um Projeto de Lei, parecia incontestável a minha vinda. Depois de concebido no altar de uma tal Câmara de Vereadores, vim ao mundo pelo fundimento do bronze, o emolduramento dele nas formas de um corpo muito particular, e aqui estou.

Fui gerado entre homens, revelo as suas paixões, sou macho, sou fruto do desejo de se extirpar marcas do feminino. Eu fui “erigido”, como sugere minha certidão, posto em praça pública, e aqui permaneço; ereto, verticalizado nas formas de um objeto fálico, na direção do céu para a satisfação dos meus progenitores, nem muito baixo na altura dos homens comuns, nem muito alto sob risco de eles não conseguirem apreciar minha imagem. Exímia era a promessa de que eu seria imortal ao vir ao mundo, exibido publicamente para o reconhecimento de todos. Terá a promessa se cumprido?

Daqui observo-os passar, os transeuntes que, de vez em quando, atravessam o horizonte que meus olhos fixam há anos. Minha face presume meu compromisso ideal e inabalável com o dever, uma postura moral e pedagógica com uma mira que avista mais ou menos o futuro. É fácil notar que sou um homem público, culto, letrado, tenho, no mínimo, importantes propriedades, sou homem de negócios e/ou assumo funções de destaque econômico,

social e político. Eu os vejo, os transeuntes, quase que sob olhar panóptico, mas percebo que nem sempre sou visto.

Guardo em mim segredos de um tempo passado, um tempo em que os meus construtores me conceberam. Guardo marcas de vontades de verdades que não posso revelar assim, ao primeiro olhar. Minha certidão indica que eu já fui de carne e osso, em outro momento, ou que eu ainda esteja entre os vivos, em outra versão de mim. O que eu penso mesmo é que sou autêntico, fabricado para ser eu mesmo, esculpido pelas mãos de inventores astutos que sabiam que estavam planejando-me às suas imagens e semelhanças.

Não posso me mover, nem mesmo ao cair da chuva, nem com o pouso de pombos em minha cabeça. Meus cabelos não se movem ao vento, e não me movo nem mesmo quando sou alvo das intervenções dos passantes. Soube da existência de outros, monumentalizados como eu. Não sei se eu deveria me espantar, mas soube também que alguns deles foram saqueados em praça pública, reformados ou permutados de lugar, pichados, substituídos, ou pior ainda, suspeito que alguns estão até mesmo sumidos!

Dias, noites e anos se passam. Às vezes, me sinto invisível embora esteja erguido nesse pedestal. Protegido dos olhares mais atentos, esquivo-me do julgo, evito ter a minha existência questionada. Por vezes, os turistas me abraçam para uma selfie ou se aproximam para tirar fotografias e, mesmo nessa minha pose inabalável, confesso que temo ser verdadeiramente notado nesses momentos, nunca se sabe o que eles estão pensando.

O ano é 2020. Ouço rumores de acontecimentos que podem mudar para sempre o destino dos imortalizados. Há notícias de que estamos sendo vistos, que estamos sendo lidos e, por fim, cassados, tal qual explica Michel de Certeau (2007) em “ler, uma

operação de caça”, afinal, quem produz a narrativa não controla a sua apropriação.

O estopim desses eventos foi a morte de George Floyd, em 29 de maio, homem negro, asfixiado por um policial branco, em Minneapolis, Estados Unidos. Desde então, uma onda de protestos movimentou o ocidente.

Em 7 de junho¹, aconteceu primeiro em Bristol, sul da Inglaterra. Homens e mulheres, com máscaras de pano sobre narizes e bocas, arrancaram Edward Colston (fabricado em 1895) do pedestal - as máscaras os protegiam de um tal coronavírus que àquele ponto já havia tomado proporções pandêmicas, mas nem mesmo isso foi capaz de contê-los, tal era a indignação que os levou às ruas. Eles gritavam: “Vidas Negras Importam!”. Colston, traficante de escravizados africanos que fez fortuna nas Américas no século XVII, foi arrastado com o uso de cordas e arremessado ao rio Avon.

Naquele mesmo dia, aconteceu também em Londres². Winston Churchill, que se exhibe sobre um robusto pedestal na praça do parlamento, teve o seu nome riscado e recebeu uma pichação com os dizeres: “era um racista!”. O protesto foi agitado e houve confronto violento com a polícia. Churchill é acusado de ser responsável por uma série de revezes contra africanos e indianos, como a Grande Fome dos anos 1940, tratada como problema inferior pelo Reino Unido.

[1]. MANIFESTANTES derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, na Inglaterra. G1 portal de notícias da Globo. 07 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatu-do-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml>. Acesso em 14 de junho de 2021.

[2]. NOGUEIRA, André. Estátua de Winston Churchill é vandalizada em intervenções antirracistas em Londres. 08 de junho de 2020. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatu-de-winston-churchill-e-vandalizada-em-intervencao-antirracista-em-londres.phtml>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

Em 9 de junho³, aconteceu nos Estados Unidos. Cristóvão Colombo, navegador genovês, conhecido como o “descobridor das Américas”, teve a cabeça decepada em Boston. Seu corpo foi pichado com os dizeres, “Vidas Negras Importam!”. Ele é considerado um dos responsáveis pelo genocídio de índios e um defensor do tráfico de escravizados. Nesse mesmo dia, na Bélgica⁴, o colonizador sanguinário do Congo, Leopoldo II, foi manchado de tinta vermelha sobre o rosto, fazendo-se escorrer ao longo do seu corpo. Os manifestantes fizeram uma petição exigindo a retirada de todas as versões dele em praças públicas pelo país.

E não parou por aí! Os protestos continuaram e, em vários países, as pessoas pareciam notar nossa presença, começaram a questionar nossos feitos, nossas gestações e nossas razões de ser. Um ano após esses eventos, nota-se um espaço de discussão sendo aberto em torno da questão simbólica da memória coletiva na Europa⁵. Passou a ser problematizado onde há violação de direitos humanos representados em elementos considerados patrimoniais, sobretudo, quanto à temática da colonização no passado imperial escravista. A esse movimento foi dado o nome de Revisão Histórica. A estátua de Edward Colston virou peça no Museu de Bristol, exibida na horizontal devido aos danos que sofreu e acompanhada dos cartazes utilizados no protesto.

[3]. NOGUEIRA, André. Estátuas de Cristóvão Colombo são destruídas em protestos antirracistas nos EUA. 11 de junho de 2020. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-destruidas-em-protestos-antirracistas-nos-eua.phtml> > Acesso em 14 de junho de 2021.

[4]. PRESSE, France. Cidade da Bélgica retira estátua de polêmico rei após protestos antirracistas. 09 de junho de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/cidade-da-belgica-retira-estatuade-polemico-rei-apos-protestos-antirracistas.ghtml> > Acesso em 14 de junho de 2021.

[5]. ALTARES, Guillermo. Violência do colonialismo abre espaço na memória coletiva da Europa. 11 de junho de 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-11/violencia-do-colonialismo-abre-espaco-na-memoria-coletiva-da-europa.html> > Acesso em 14 de junho de 2021

Ela aguarda um inquérito que foi aberto para a população⁶ decidir o seu futuro. No Brasil o tema alimentou discussões nas redes sociais sobre alguns monumentos, a exemplo da estátua de 10 metros de altura do bandeirante Borba Gato⁷, erigida em 1963, na cidade de São Paulo. Borba Gato capturou e escravizou negros e indígenas no século XVII. Em 24 de julho de 2021, a estátua foi incendiada por manifestantes⁸.

Por hora, talvez, os horrores da Pandemia tenham abafado os ânimos nas ruas. São tempos sombrios. Há dias em que não vemos nenhum transeunte passar. Fala-se em quarentena, em isolamento e em milhões de mortos. No entanto, em meio às cidades aparentemente silenciosas, os olhos continuam à espreita por janelas virtuais. É possível sentir que o mundo pós-pandemia jamais será o mesmo. Temos notado, sob olhar imortalizado, que nada dura tanto tempo. Somos frágeis, vulneráveis demais. A promessa de que eu, modelo escultural de homem moderno, seria perpétuo ao vir ao mundo começa a se desfazer. Estou na iminência de desmoronar? Talvez sim, parafraseando Foucault (1990) em “as palavras e as coisas”: como um rosto de areia na orla do mar.

Caro leitor, é claro que a personificação da coisa talvez não lhe conferisse exatamente esse sentimento que eu, pesquisadora, supus. Mas essa narrativa que confere vida ao monumento tem a ver com as questões que me levaram ao interesse pelas monu-

[6]. SALEMA, Isabel. A estátua derrubada que entrou no museu, mas não voltou a erguer-se. 06 de junho de 2021. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2021/06/06/culturaipsilon/noticia/estatuade-derrubada-entrou-museu-nao-voltou-erguerse-1965472> > Acesso em 14 de junho de 2021

[7]. NUNES, Brunella. Estátua do Borba Gato: como lidar com monumentos polêmicos do passado. 10 de junho de 2020. Disponível em: < <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/10/derrubar-ou-manter-como-lidar-com-os-monumentos-polemicos-do-passado.htm> > Acesso de 14 de junho de 2021.

[8]. KAORU, Thâmara. Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo. 24 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estatuade-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo/>. Acesso em 12 de setembro de 2021.

mentalizações de sujeitos, em 2016, um interesse que começou quando eu ainda era aluna do curso Engenharia Civil na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e que me inquietou até a finalização dele em 2019.

Naquele ano, 2016, no decurso da disciplina Direito para Engenharia, eu havia sido convidada a participar de um grupo de pesquisa coordenado pela professora historiadora e jurista, Edjane E. Dias da Silva. Tratava-se do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos - GRUPEDIH - que naquele momento estava focado nos estudos sobre o direito à cidade: direito à mobilidade urbana, à saúde, ao lazer e, entre outros, o direito à memória. Toda semana, nós, enquanto grupo de pesquisa, reuníamos textos para rodas de conversa, apresentávamos autores novos, e um novo universo foi se revelando e ficando cada vez mais complexo à medida em que avançávamos. Tudo era muito distinto do tecnicismo com o qual eu estava habituada na Engenharia. Com o passar do tempo, fui me sentindo cada vez mais parte daquele grupo, acolhida como não fui em outros espaços da universidade. Aliás, posso confirmar os boatos de que acolhimento não é uma palavra comum nos corredores do bloco de exatas.

Embora o envolvimento com o GRUPEDIH pudesse sugerir o meu distanciamento da Engenharia ou ainda que o meu desempenho não estivesse indo nada bem, o que aconteceu foi exatamente o oposto. A Engenharia só passou a fazer sentido para mim depois desse encontro com a História, e isso vou explicar melhor mais adiante.

Certo dia, nós do GRUPEDIH, combinamos uma atividade ao ar livre. Baseado nas leituras que havíamos feito do livro, *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre (2016), sobre a figura do flâneur, resolvemos fazer um passeio nos arredores do cartão postal da cidade Campina Grande – PB, popularmente conhecido como

Açude Velho. A ideia era fotografarmos o que chamasse atenção e foi naquele passeio que, ao margear o açude, avistei uma estátua do Vergniaud Wanderley, um ex-chefe da polícia na Paraíba e ex-prefeito de Campina Grande, em dois mandatos entre 1935 e 1945. Eu o fotografei e fiz o que pareceu uma espécie de etnografia.

Ora, lá estava um homem de estatura mais ou menos alta cuja disposição do corpo em conjunto com os braços alinhados para trás propunham a postura ereta de um militar. Ao fundo, como que proposital, uma paisagem que sugeria opulência: palmeiras imperiais que se erguem exuberantes nas margens do Açude Velho, o mesmo signo que no século XIX se tornou comum no Rio de Janeiro como símbolo do poder monárquico. Vestido de paletó e gravata em traços milimetricamente esculpido, feições sérias e visionárias, nada parecia dizer em um primeiro momento. Estava ali inerte, inabalável, de cabeça erguida lá no alto sobre um pedestal de granito.

Talvez aquela imagem tenha despertado em mim um sentimento que não era novo. Diversas vezes, por entre as aulas, sobre “corpos rígidos”, “estabilidade das construções” ou “teoria das estruturas,” eu havia questionado a obsessão que a Engenharia Civil tem sobre corpos estáticos. E ali estava, paralisado o sujeito, plácido como uma estrutura de concreto armado, tão distante de mim como um edifício dos mais altos, estilo arranha-céu. Aquela imagem me incomodava porque sempre desconfiei do fixo, do efetivo, do irrevogável na Engenharia. Como era entediante aquela exatidão!

Passei a desconfiar dessas perfeições e das máscaras usadas para disfarçar o indesejável: os rejuntes que vedam o interior das estruturas, as argamassas que cobrem a superfície irregular chapiscada. Quem sabe isso tenha a ver também com a experiência de ser homossexual, tal qual escreve Durval Muniz (2013), em Michel

Foucault e a Mona Lisa ou como escrever história com um sorriso nos lábios. Um pouco cansada dos encobrimentos, eu queria que as estruturas me revelassem os seus segredos, os seus motivos de ser, porque nunca acreditei nos objetos de concreto: imóveis, milimetricamente planejados, cujos construtores profetizam todas as suas respostas estruturais. Interessava-me mesmo deformar aqueles corpos e deixar aparecer de uma vez por todas as suas fissuras, suas rupturas, deixar aquilo que está mais profundo emergir.

Interessava-me desenformar porque sou absolutamente contra a prisão de corpos e de mentes, porque tinha o desejo de também me libertar das molduras. Certamente os “corpos de prova” nos laboratórios em ensaio de ruptura, compressão e cisalhamento não podiam me dar essa satisfação, no máximo, uma trincada aqui e outra ali. No contexto de uma área do saber tão elitista com engrenagens tão bem definidas a movimentar fortunas pelo país, eu pensava no jogo de interesses que operam quando os sujeitos exercem ou sofrem relações de poder, o que contrastava com as forças representadas pelos longos rabiscos da física clássica newtoniana em meu caderno. Talvez essa força não venha necessariamente de um aparelho ou uma instituição, mas de uma rede de ações que as atravessam, sem limitar as suas fronteiras.

A monumentalização de sujeitos foi tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2019. Fui orientada por um Arquiteto e Urbanista, chamado Mauro Normando Barros, a quem sou profundamente grata. Mauro acolheu minhas inquietações e felizmente fazia parte da Unidade Acadêmica de Engenharia Civil. O trabalho virou proposta de mestrado e foi aprovado em 2020, um funesto ano marcado pelo início da Pandemia da Covid-19. Realizar essa pesquisa, sob constante ameaça viral, tornou o percurso muito árduo. Amigos e familiares adoeciam e travavam batalhas

de dias contra o inquilino, muitos venceram, alguns simplesmente não conseguiram. Havia dias em que era preciso encontrar forças no mais profundo prazer de escrever. Entre outros obstáculos, a falta de recursos, o fechamento de arquivos públicos e a crise política e seus efeitos sórdidos dificultaram a caminhada, mas incrivelmente não foram suficientes para nos estagnar.

Entre uma onda e outra de casos do Coronavírus, era possível visitar alguns locais sob protocolos de segurança e algumas restrições de horários. Embarquei em uma jornada que me levaria até a Câmara de Vereadores de Campina Grande, onde encontrei nada menos que 27 (vinte e sete) Projetos de Lei que dispunham sobre a fabricação de bustos e estátuas, correndo o risco de ser seduzida pelos arquivos, enganada, traída pelos documentos e suas vontades de verdade. Naquele novo papel de historiadora, eu sabia que corria o risco de enxergar mais do que estava posto. Atenta às armadilhas, os fragmentos me indicavam uma rede de relações conflituosas no palco político-partidário que estaria prestes a pôr Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, como microcosmos do Brasil e do mundo.

Entre os 27 (vinte e sete) Projetos de Lei encontrados, decidi-se escolher uma delimitação cronológica que me levaria ao total de 10 (dez) monumentos erguidos no contexto histórico-político que se situa entre os anos de 1956 a 1964, um período de latência em que os ânimos se animavam no palco político, às vésperas da Ditadura Militar, de 1964, no Brasil e no auge da Guerra Fria. A escolha por essa delimitação cronológica se deve, primeiro, porque não foram encontrados documentos anteriores a 1956 que versassem sobre bustos e estátuas no arquivo da Câmara de Vereadores de Campina Grande; segundo devido haver uma certa homogeneidade indicada por esses documentos, ao longo de oito

anos, até que uma ruptura começa a dar nova forma a essa prática de monumentalização em 1964.

Apresentarei a seguir uma lista de sujeitos que têm em comum o fato de terem sido personagens da vida pública: ex-prefeitos, vereadores, governadores ou até mesmo presidentes do país e que foram monumentalizados em Campina Grande – PB no período em questão.

HOMENAGEADO	ANO	LOCAL DE INAUGURAÇÃO	REFERÊNCIAS SOBRE O HOMENAGEADO
Félix Araújo	1956	Praça Félix Araújo – Centro de Campina Grande na divisa com o Bairro Monte Santo	Faustino Cavalcanti Neto (2006) Josué Sylvestre (1982)
Juscelino Kubitschek	1958	Praça da Bandeira – principal praça do Centro de Campina Grande	Evelyn Medeiros (2013) Artigo da Revista “O cruzeiro” escrito por Luciano Carneiro (1958)
Leonel Brizola	1961	Largo da Legalidade entre a Prefeitura Municipal, o Grande Hotel, a Escola Politécnica da Paraíba e o Palácio do Comércio.	Paulo Henrique Amorim (2015) Joabe Aguiar (2014),

Em 1963, um homenageado chamado Lino Gomes da Silva marca o início de um processo perceptível de mudança, quanto ao modelo dos projetos antecedentes, trazendo um elemento novo: a biografia do sujeito homenageado, sob a perspectiva do vereador autor do Projeto de Lei, distanciando-se, por esse detalhe, das homenagens anteriores. Sobre isso e as condições em que encontrei os documentos explicarei mais adiante. Eis aqui um ponto de mudança fundamental nesse momento da pesquisa, o soturno ano do Golpe de 1964, embora para o cotidiano de Campina Grande as

repercussões do golpe tenham acontecido aos poucos. Esse último ano teria sido marcado não só pelos movimentos de cassação a mandatos que dão início logo no mês de abril aqui na cidade, mas também pela enxurrada de monumentalizações com o recorde de 5 (cinco) Projetos de Lei, só entre janeiro e março, meses em que estão no clímax das agitações políticas.

HOMENAGEADO	ANO	LOCAL DE INAUGURAÇÃO	REFERÊNCIAS SOBRE O HOMENAGEADO
Hortêncio de Souza Ribeiro	1964	Praça Rotary Club	João Paulo França (2012) Cláudio Costa (1978)
Aluizio Afonso Campos	1964	Praça da Bandeira	Prefeitura Municipal de Campina Grande (1964)
Dr. Chateaubriand	1964	Praça da Bandeira	Giscard Agra (2010) Memorial Urbano de Campina Grande (1996)
Argemiro de Figueiredo	1964	Praça Clementino Procópio	Waniéry silva (2017)
Pedro Moreno Gondim	1964	Praça Clementino Procópio	Railane Araújo (2009)

Objetivando analisar a prática da produção e do apagamento de sujeitos monumentalizados em estátuas e bustos de bronze em Campina Grande – PB, entre 1956 e 1964, estejamos atentos,

pois as documentações não podem confirmar os acontecimentos. Trataremos de eventos e relações complexas entre jogos de forças estratégicas, políticas e sociais, permeadas pelo campo das subjetividades. Não podemos garantir uma ordem linear de acontecimentos da vida e morte de sujeitos tão emblemáticos, sob pena de cairmos em uma “ilusão biográfica” como alerta Bourdieu (1986).

Tomando cuidado para não abandonar o pressuposto da complexidade desses emaranhados históricos em nossa narrativa, trataremos aqui das seguintes questões: Quais intencionalidades estariam indiciadas na documentação? Como as tramas políticas se relacionam com as condições de produção e do apagamento da monumentalização de sujeitos em Campina Grande entre 1956 e 1964? Como se caracterizou essa prática?

Há no frio descomunal dessas estruturas de bronze algo que é hostil, uma função pedagógica que intenciona resguardar o protagonismo político aos monumentalizados. Reside nesse quesito, a discorrer um dos motivos pelos quais esse trabalho está inserido em uma História Cultural das Práticas Educativas. Os bustos e estátuas aqui tratados são representações de uma cultura política que estrategicamente busca se legitimar ao produzir uma espécie de identidade para os sujeitos políticos e os grupos ali representados. No decurso das relações de forças, não se torna permitido que outros sujeitos ali estejam, o pedestal é pedagógico e a sua mensagem se pretende perpetuar para futuras gerações. Sendo assim, penso que é somente por uma educação patrimonial problematizadora que podemos romper com essa narrativa em memoriais para que a cidade abrigue a memória da diversidade dos grupos sociais que a compõe. O jogo de forças que supostamente levaria esses homens à eternidade simbólica é o mesmo que revela uma administração pública com práticas muito próprias em Campina Grande; com motivações patrimonialistas, territorialis-

tas, elitistas e apropriativas da coisa (res) pública, uma violação silenciosa do direito coletivo à memória.

Numa perspectiva de categorias analíticas e na linha das pistas abertas por uma leitura de Chartier do pensamento Foucaultiano (RIBEIRO JÚNIOR, 2005, p.1), o diálogo contribui para o saber histórico ajudando a criar novos revestimentos para o conceito de representação articulando-o a uma possível análise do discurso, pondo o objeto da história no campo de uma subjetividade das representações, suportes em que grupos e indivíduos projetam suas visões de mundo.

Visando investigar as representações como formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos para o mundo social, na contramão de que a cultura estaria decididamente controlada e condicionada a ser representação, espelhamento de estruturas enleadas ao econômico e ao social com limites bem delimitados e claramente reconhecíveis, caberia, a partir do diálogo com Foucault, redimensionar e examinar a cultura como horizonte de práticas e representações transpassadas por relações de poder numa dinâmica densa e complexa de lutas por representações indexadas às práticas discursivas e comportamentos que “emergem, se fixam e se dissipam” (OLIVEIRA, 2018, p.72). Essas múltiplas táticas estariam relacionadas aos modos de constituição do sujeito em diferentes contextos.

Nesse sentido, mantendo o diálogo com Foucault, entende-se que o sujeito existe sempre como um acontecimento, e não como uma coisa. Ele é produzido em dada configuração histórica, através de determinadas relações, de dadas tramas. O sujeito é uma construção interminável em um processo duplo - ora aparecendo em um movimento de objetivação: pela incorporação das ordens sociais, das regras, dos códigos culturais, da moral instituída, uma ordem aparentemente natural e sem dúvida pedagógica - ora

em um movimento de subjetivação: de onde surgem as elaborações de si, um trabalho de escritas e estéticas de si.

É por isso que, embora estejamos falando sobre sujeitos monumentalizados, apreendidos, congelados em dada imagem, em dada elaboração enunciativa, já que há sempre lugar para o sujeito no interior dos discursos, não partimos de sujeitos prontos ou universais tal qual previa o iluminismo. Embora saibamos que houve uma certa performance exigida do homem público nos anos 1950 e 1960, estaremos atentos às transgressões dos sujeitos, às contradições que a narrativa linear não é capaz de prever, os escapamentos que nascem dos investimentos em si, aqueles pontos de singularidades que pegam o pesquisador de surpresa.

Se, partindo dessa lógica, pensarmos as representações como componentes essenciais dos discursos e os seus “efeitos de poder”, percebe-se que não estamos mais nos remetendo a uma instância única e central objetiva que reprime as subjetividades que lhes seriam anteriores ou exteriores, mas estaríamos agora percebendo os efeitos de um poder disciplinar que modela os indivíduos, que os monumentalizam, que definem os seus papéis, que fabricam as suas faces, um poder que é pedagógico, produtor dos próprios sujeitos.

Nesse sentido, como escreve Chartier (2002) em *O poder, o sujeito, a verdade*. Foucault leitor de Foucault, sobre tecnologias de constituição de sujeitos, cabe destacar a objetivação do sujeito por meio de práticas discursivas divisórias, ou seja, que categorizam, que separam sujeitos de outros ou então os dividem no interior de si mesmos. Assim emergem as divisões entre homem louco e sadio de espírito, entre doente e indivíduo de boa saúde, entre delinquente e homem de boa índole, entre homem comum e homem público, entre desordeiros e homens dedicados ao trabalho. “Esse regime é comandado em cada caso por regras e critérios próprios: os que definem os dispositivos de normalização, as

regras de produção dos discursos, as técnicas disciplinares, ou a estética da existência” (CHARTIER, 2002, p. 194). É por esse motivo que o processo de monumentalização do sujeito em representações se daria em um duplo processo: de objetivação e subjetivação. É, portanto, por meio desses dois elementos que se dá o que aqui se considera apropriado chamar de Pedagogia da monumentalização ou, de forma mais esclarecedora, Pedagogia da Produção e do Apagamento de bustos e estátuas.

Essa discussão permite emergir uma compreensão sobre os objetos de memórias “de acordo com o sistema de pensamento a qual os objetos foram produzidos, criando então um novo espaço para o debate historiográfico, em que a história cultural pretende alojar-se, dando início a um novo tipo de discurso histórico” (RIBEIRO JÚNIOR, 2005, p. 4). Ao revisitar o pensamento foucaultiano, Chartier reforça o pressuposto de que não existe em si o real sobre o objeto de estudo, ele é resultado do pacto entre homens indicados através de seus discursos. Sendo assim, os objetos históricos são construídos culturalmente pelos sistemas de pensamento de uma época. Na operação historiográfica destaca-se o exercício de desnaturalizar os objetos revelando como se dá a articulação histórica para a produção de um espaço de sentido, ou melhor dizendo, como se dá a própria construção de elementos que dão forma a uma Pedagogia da monumentalização.

Não se trata, no entanto, de pensar a origem dessa pedagogia. Como sustenta Foucault (1971), numa crítica devastadora à noção de origem, tal qual muitos historiadores estão acostumados a empregar justificando uma busca infinita aos começos, a ideia seria de evidenciar a originalidade do acontecimento que emerge, irreduzível a prefigurações, e que não suprime as discordâncias que separam diferentes práticas e discursos. Nesse sentido, não há uma totalidade homogênea de pressupostos que poderiam levar ao nascimento de uma cultura político-pedagógica de

monumentalizar, mas acontecimentos singulares em cada uma das suas manifestações e ações não necessariamente encadeadas ou ininterruptas capazes de permitir identificar uma origem.

A Pedagogia das monumentalizações compreende rupturas e variações, surgindo na eventualidade singular com abundância de acontecimentos e multiplicidade de intenções, através de um emaranhado de ações complexas que não podem servir ao previsível dentro da ordem de uma interpretação racional. Somente aceitando essa renúncia de se apoiar em constâncias é que poderemos partir o bronze em pedaços fazendo emergir determinados jogos no palco das relações de poder entre sujeitos diversos e labirínticos. Sendo assim, encontramos uma variação enunciativa em Projetos de Lei e outros documentos que compõem um regime “que emprega enunciados dispersos e heterogêneos, correlacionados por uma mesma prática discursiva” (CHARTIER, 2002, p.131). É sobre as ruínas desta história das origens que se torna possível construir essas novas categorias analíticas.

Para além da possibilidade desse diálogo, e na busca por entender como se dá o processo de apropriação dos objetos representados no âmbito exterior ao modus operandi legislativo, Chartier (2002) ainda permite fazer outras correlações ancorado no conceito de “trama das ações representadas” numa leitura dos estudos de Michel de Certeau (2007). Entende-se por trama a narrativa em torno da qual se desenvolvem acontecimentos. Longe de se tratar de uma narrativa linear, previsível e coerente, a trama segue uma trajetória complexa, muitas vezes contraditória, atravessada pelos campos labirínticos das subjetividades.

A trama tem, em seu âmago, reviravoltas, resistências e descontinuidades, jogos de interpretações divergentes por definição na forma de intrigas das ações representadas que não permitem se aparar na homogeneidade pretendida que a lógica traiçoeira da narrativa poderia reivindicar. Dessa forma, abrem-se caminhos

para compreensão histórica que se deposita fora do ordinário das instituições e mais próximo das “artes de fazer”. De modo que um parece complementar o outro, se para Michel Foucault (1979)⁹ o poder é algo que circula e que ninguém detém, para Michel de Certeau (2007) o poder é uma trama através do qual algumas coisas escapam. É aproveitando-se dessas fissuras nos grânulos átomos de bronze, desfrutando dessas fugas, dessas escapadelas que sorrateiramente destituem o poder dominante que os sujeitos “apropriam-se, à sua maneira, os códigos e lugares que lhes são impostos, ou então subvertem as regras aceitas para compor formas inéditas” (CHARTIER, 2002, p. 160). Anuncia-se aqui o apreço pelo informal que restitui valor à maneira como cada sujeito interpreta e lida com o discurso ou com elementos representativos, um receptor rebelde, não passivo, insubmisso que se apropria do objeto produzindo novos sentidos, novas narrativas. Parafraseando Durval Muniz (2019), nesse sentido a operação historiográfica trata de fazer defeitos na memória, fazer as memórias oficiais errarem afastando-as das versões consagradas do passado, fazendo aparecerem as suas falhas, as incoerências que dão base às suas fabricações.

Nos bustos e estátuas políticos exibem explicitamente seus rostos, suas faces alegóricas, seus nomes e sobrenomes, seus traços e traços majoritariamente masculinos no caso de Campina Grande - PB. As edificações de monumentos revelam motivações institucionais e particulares, com destaque para uma construção engenhosa dos heróis municipais, uma prática estratégica movida a relações de forças complexas, que ecoam nos corredores da Câmara Municipal entre discussões acaloradas, porque os grupos

[9]. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

estão disputando o espaço simbólico e fabricando alegorias de poder.

As monumentalizações movimentaram milhões de cruzeiros, entre os anos 1956 e 1964, e isso sabemos somente quando os custos são explicitados em números nos documentos porque muitas vezes são ocultados sob os dizeres: “fica o chefe executivo autorizado à abertura de crédito especial para correr com as despesas”. Entre ementas, carimbos e assinaturas os envolvidos iam abrindo e costurando os pontos dessa engenhosa pedagogia da produção e do apagamento, disputando as homenagens, sob o calor das alianças e rompimentos partidários, sendo absolutamente escassos os indícios de participação popular no processo.

No decurso da pesquisa, ao visitar o arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, me deparei com uma significativa quantidade de documentos, entre eles Projetos de Lei e Atas de Reuniões Plenárias. Esses documentos funcionam como uma espécie de oficina dos monumentalizados e contam com elementos que fragmentam a complexa relação que tornou possível aquelas homenagens nos anos supracitados. Na busca pelo cruzamento dessas fontes, com publicações sobre a inauguração de monumentos em jornais e revistas, dos anos 1956 a 1964, contamos com o arquivo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e a biblioteca de Obras Raras Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Valendo-me dos aportes teórico-metodológicos da História Cultural, busquei também realizar uma espécie de etnografia dos bustos e estátuas identificadas em pesquisas de campo.

Se estamos tratando de uma trama, sobre o qual não nos permite homogeneidades nem prefigurações, talvez convenha seguirmos uma trajetória não linear de escrita/pesquisa. No Capítulo I, intitulado “Pedagogia da Produção e do Apagamento de Bustos e Estátuas”, já iniciaremos mergulhando em um emara-

nhado de acontecimentos que vão projetar Campina Grande como microcosmos do Brasil e do mundo e nos conduzir a um período, que hoje é conhecido como inegavelmente agitado e nebuloso da história do país -1958 a 1961 - e que culmina com a “Campanha da Legalidade”, mobilização em apoio à posse de João Goulart como Presidente do Brasil. Esse mergulho pelas tramas labirínticas narradas, construídas, pensadas e dadas a ler fazem parte de um esforço inicial para compreendermos como funciona a cultura pedagógica das monumentalizações em Campina Grande nos anos supracitados.

No Capítulo II, intitulado “Um busto vestido para o ato inaugural,” retornaremos a 1956 dando continuidade à análise, buscando encontrar outro ponto de apoio para o conceito de pedagogia da monumentalização apresentado, fazendo emergir a figura de um político sobre o qual há uma massiva produção discursiva, controversa, polêmica e interessada. Trata-se do vereador Félix Araújo.

Por fim, no Capítulo III, intitulado “A narrativa biográfica: uma nova forma de monumentalizar,” trataremos de uma significativa mudança no modus operandi da monumentalização, indiciada pelo aparecimento de um novo elemento nas fontes da pesquisa: a biografia dos homenageados. Em um recorte cronológico, que vai de 1963 a 1964, buscaremos entender como a pedagogia da monumentalização funciona em um contexto marcado por uma forte onda de conservadorismo e apelo anticomunista que ecoa dos bastidores, nos preparativos para o Golpe Civil-Militar de 1964 e suas repercussões locais.

PEDAGOGIA DA PRODUÇÃO E DO APAGAMENTO DE BUSTOS E ESTÁTUAS

Antes de começarmos a esculpir os marcos que tornaram possíveis as monumentalizações de sujeitos em Campina Grande-PB, entre 1956 e 1964, é preciso contextualizar alguns elementos importantes que pairam sobre âmbitos políticos, econômicos e sociais durante esses anos em todo o mundo e que se estabeleceram primeiro a partir da eclosão de ideologias totalitárias, o enfraquecimento das democracias e a posterior ressaca do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O alemão Hans Gumbrecht (2014) na obra, *Depois de 1945: latência como origem do presente*, narra como já por volta de 1948 a Guerra Fria começava a ganhar forma de nova realidade. Um fantasma ronda a Europa¹⁰. Ora, não seria exagero dizer que desde meados do século XIX a discussão em torno das reformas sociais e as duras críticas ao modo de produção capitalista ameaçaram, de forma tão potencial, setores mais conservadores da sociedade que parecem continuar a assumir esse papel até mesmo nos dias atuais. Foi somente no século XX e durante a Guerra Fria que “o comunismo se tornou de fato uma força planetária, na medida em

[10]. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

que estados da Ásia, América e África (além da Europa Oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética” (MOTTA, 2000, p. 6). Em outras palavras, foi somente no século XX que alguns grupos políticos se apropriaram de ideais marxistas para realizarem suas próprias revoluções. Estava armado o cenário de uma disputa ideológica sem precedentes. Como reação, passou a ser imperativo para os Estados Unidos reunir os países do chamado “mundo livre,” numa intensificação anticomunista, oferecendo-lhes suporte político e material para isso. No Brasil, entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas tratava de reunir estratégias para se manter no poder, algo que conseguiu por durante nada menos que quinze anos seguidos. Entre as estratégias adotadas, estava o populismo, a dissolução de partidos e o anticomunismo que encontrou respaldo no sentimento de pavor que tratava de amedrontar uma oligarquia em crise e industriais ascendentes que, junto à opinião conservadora, temiam por seus privilégios. Destacam-se três períodos do auge anticomunista no Brasil: o primeiro, o período entre 1935-1937, durante a ditadura varguista; “depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando após breve interregno legal o Partido Comunista Brasileiro - PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar” (MOTTA, 2000, p.7). O medo do “perigo vermelho” estava estampado na imprensa, nas missas e declarações religiosas, nos palanques acalorados da política. Conservadores agiam em defesa da ordem, da família, da tradição, e pasmem, até mesmo no auge da ditadura varguista se pronunciavam a favor de uma liberdade democrática. Essa construção de um imaginário anticomunista permeia a discussão aqui supracitada e vai nos acompanhar, de forma absolutamente veemente, entre 1956 e 1964, com destaque para o palco político campinense. Faremos aqui o que Burke (2010), ao comentar a con-

tribuição de Jacques Julliard (1974)¹¹, anunciava como “o retorno à política”, não como uma história de fatos ou acontecimentos memoráveis, mas como um meio de se entender um modus operandi marcante da cultura política campinense. Cabe ainda ressaltar que este trabalho não tem o compromisso com a escolha de lados partidários, não interessa aqui uma visão dicotômica de bem ou de mal na esfera política, nem mesmo interessa dar ênfase às contradições de determinados modelos socioeconômicos e as suas experiências históricas, mas sim compreender minimamente a complexa dinâmica dos jogos de poder que atravessam os sujeitos no palco político perpassando pelo campo das subjetividades, nas tramas individuais e suas relações com os grupos e as instituições envolvidas.

[11]. JULLIARD, Jacques. A política. In: Le GOFF e NORA. História: novas abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. p. 180-193.

Um tal Largo da Legalidade com um busto de Leonel Brizola, aonde foi parar?

Foi com bastante ansiedade e curiosidade que cheguei à Câmara de Vereadores de Campina Grande em 2019. Como já foi dito, eu já tinha vivido a experiência de observar diversos monumentos em determinados espaços públicos da cidade e minha esperança agora era saber mais, para além do que elas me diziam ao primeiro olhar, eu queria encontrar documentos que fossem capazes de me dar pistas sobre como se deu a monumentalização de sujeitos em Campina Grande-PB entre 1956 e 1964. Ao chegar à Câmara, me deparei com uma espécie de depósito em um porão abarrotado de documentos (Figuras 01). Uma sala escura de apenas um vão sem janelas e iluminada apenas por luzes artificiais onde não há ventilação e cuja claridade não alcançava todas as extensas prateleiras empoeiradas. O arquivo é composto por um conjunto de livros espessos e pesados, a maioria revestidos com capa dura. As datações não seguiam ordem cronológica e eles se misturavam, o que dificultou bastante o processo.

A tarefa de retirá-los das prateleiras foi árdua, a disposição do material não ajudava em nada a conservá-los. O manuseio exigia o uso de luvas e máscaras, mas notei que essa medida estava mais associada ao cuidado com minha saúde, devido a quantidade de mofo e de poeira, do que com as normas de conservação do arquivo. Não era adequado que eu passasse muito tempo no am-

biente, o que me levou a tomar a estratégia de manuseá-los fora do porão onde fica a saída dos fundos da Câmara e onde os funcionários esticam longas pausas para o café.



Figura 01 - Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande. Fonte: a autora.

Após algumas folheadas nos documentos, ao som dos extensos agradecimentos, quase infindáveis, vindos das Sessões Plenárias que aconteciam acima do porão, mergulhei nos vastos livros de Projetos de Lei produzidos por vereadores desde 1948 até os dias atuais. Localizei ementas, projetos e atas assinadas por

chefes da seção de comunicação e arquivo, Comissão da Justiça, Vereadores, Presidentes e Secretários da Câmara; era um verdadeiro mar de carimbos.

Havia documentos que permitiam a doação de terrenos, aberturas de créditos especiais para contratações extraordinárias, concessões de títulos de cidadanias campinenses, entre outras temáticas que iam sincronicamente se repetindo nas palavras que ecoavam acima do porão. A sensação que eu tinha era que as palavras escritas há mais de sete décadas ressoavam naquelas sessões, dando a impressão de que existem significativas continuidades no modus operandi da instituição. Também encontrei outros diversos Projetos de Lei que tratavam da denominação de ruas, praças, parques, escolas, bairros e, enfim, homenagens em bustos e estátuas.

Eram esses Projetos de Lei, sobre bustos e estátuas, que me interessavam, especialmente, conforme a delimitação cronológica dessa pesquisa, os elaborados entre 1956 e 1964. Eu tinha em mãos agora não só documentos jurídicos que versavam sobre bustos e estátuas, mas também as suas “certidões de nascimento”, traços das motivações de suas existências, documentos valiosos, embora empoeirados, encardidos, empilhados sem o menor zelo, escritos à datilografia, por vezes rabiscados à mão. Havia entre eles vários desejos de monumentalizar que parecem não terem saído do papel. Nem todos se transformaram no almejado bronze e alguns certamente foram furtados da cena pública, o que aguçou ainda mais minha curiosidade.

O primeiro documento que encontrei após horas de manuseio foi o Projeto de Lei nº 129, do dia 31 de agosto de 1961, de autoria do Vereador Ronaldo Cunha Lima, que tinha como ementa a homenagem em busto a Leonel Brizola em um certo Largo da Legalidade. A surpresa do encontro com esse documento me in-

centivou à escrita em uma ordem cronológica diferente. Iniciaremos em um momento de acaloramento dos ânimos da política no Brasil e no mundo, em 1961, e retornaremos a 1956, no próximo Capítulo, tomando fôlego para só aí então, por fim, fazermos outra viagem de volta a 1964, no Capítulo III, o soturno ano do golpe.

Para nos aproximarmos dos acontecimentos que inflamaram as galerias da Câmara de Vereadores de Campina Grande, em 1961, sobre a proposta de construção de um certo Busto de Leonel Brizola, foi preciso relembrar um emaranhado de episódios da política nacional que, na verdade, começam desde o breve retorno de Getúlio Vargas à presidência, em 1951, e se estendem até o seu fatídico suicídio em 1954. Àquele momento, Vargas estava sob pressão da bancada de oposição, encabeçada pelo líder da União Democrática Nacional – UDN Carlos Lacerda que não poupou esforços em pressioná-lo rumo à renúncia. O plano, no entanto, teria sido frustrado pelo suicídio de Vargas que acabou mobilizando multidões em protestos contra seus opositores.

Paulo Henrique Amorim (2015)¹² explica como o jornalista e político Lacerda queria não só impedir a permanência de Vargas na presidência, como também, anos mais tarde, impedir que Juscelino Kubitschek assumisse o cargo após as eleições de 1956. Não satisfeito, Lacerda também esteve na ponta do movimento que tentou impedir que João Goulart retornasse ao Brasil para assumir a presidência, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Naquele ano, já havia no Brasil um clima de tensão em que a dicotomia esquerda e direita balizava os conflitos políticos, afinal estávamos no auge da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que crescia uma forte onda de conservadorismo no país e um forte apelo anticomunista.

[12]. AMORIM, Paulo Henrique. O quarto Poder: uma outra história. 1ª edição. São Paulo: hedra, 2015.

No pleito daquele ano foram eleitos Jânio Quadros para a presidência e, em uma chapa diferente, João Goulart foi eleito vice-presidente. Na tentativa de se manter no poder, Jânio Quadros buscava se equilibrar entre interesses de grupos políticos distintos, no entanto, uma atitude bastante simbólica do então presidente estaria para mudar os rumos da política no Brasil. Em Campina Grande já era possível sentir os respingos, na primeira página do Jornal da Borborema do dia 22 de agosto de 1961, três dias antes de sua renúncia, uma manchete anunciava: “Jânio condecora Ernesto Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul”. A atitude inspirou Carlos Lacerda a declarar: “Homem responsável pela entrega do Brasil ao comunismo” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1961, p. 3). A condecoração de Ernesto Guevara deu o que falar e dividiu opiniões. Havia aqueles conservadores que acreditavam que as atitudes de Jânio eram ousadas, porém equilibradas face à política externa, e havia aqueles que pareciam realmente se deixar acreditar que ele havia se tornado um comunista.

Na tarde de uma sexta-feira, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros anuncia a sua renúncia à presidência. Não deve ter havido muito tempo para o Diário da Borborema preparar as manchetes que se seguiram. Foi no domingo, 27 de agosto, que as primeiras manchetes saíram. O clima era de tensão e já se falava na tentativa de se impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, que se encontrava na China naquele momento. Há aqueles que buscavam justificar a atitude de renúncia de Jânio por sua propensão intempestiva, veja o que diz parte da publicação:

Alguns não excluem a possibilidade de uma manobra por parte do presidente Jânio Quadros para conseguir um voto de confiança acerca da política que tem seguido até aqui, especialmente referente às relações com os países comunistas. Outros veem

a renúncia como consequência da ação do Dr. Jânio Quadros durante a visita do ministro cubano Ernesto Guevara e dos ataques que seguiu essa visita, especialmente por parte do governador Carlos Lacerda que estava descontente com a política estrangeira do presidente (Diário da Borborema, 1961, p. 3).

O episódio marcado pela tentativa de impedimento da posse do vice-presidente eleito, João Goulart, é o que vai culminar na chamada Campanha da Legalidade. Como já se sabe, a sucessão de golpes à democracia arquitetados e apoiados por militares e altas cúpulas da imprensa nacional, no entanto, só teria sucesso, de fato, em 1964. Mas afinal, o que teria motivado o desejo de homenagear Leonel Brizola em Campina Grande, interior da Paraíba, no dia 31 de agosto de 1961? Como teria sido gerado esse Projeto de eternização do então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1959 e 1963, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB? Foi justamente no mês de agosto daquele ano que a Campanha da Legalidade eclodiu no palco nacional brasileiro. A ideia da campanha, liderada por Leonel Brizola, era garantir que o vice-presidente eleito João Goulart, seu cunhado, que se encontrava na China, voltasse ao Brasil e assumisse a presidência, dada a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. A questão é que ministros militares, empresários e lideranças políticas, em um movimento encabeçado pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, manifestaram-se contra o retorno e posse do vice-presidente, fundamentados em posicionamentos políticos contra ideais de esquerda, supostamente representados por João Goulart. Cabe destacar aqui a ideia difundida principalmente no governo de Getúlio Vargas de que o Brasil sempre esteve sob ameaça de se tornar um país comunista, mesmo que os principais políticos

no exercício do poder jamais dessem indícios de que estivessem de fato alinhados com ideais comunistas. Naquele momento, qualquer proposta de reforma que representasse ínfimo sinal de reestruturação política, social e econômica era pretensiosamente transformada em ameaça comunista, afinal o mundo vivia o auge da Guerra Fria, como se sabe, uma disputa ideológica polarizada sem precedentes.

Para melhor entender como esses eventos repercutiram no palco político e social de Campina Grande, precisei me deslocar a um arquivo que cruzasse informações com o Projeto de Lei encontrado. Eu já sabia que o Projeto estava relacionado à Campanha da Legalidade, mas este não me dava base suficiente para costurar os pontos de possibilidades, tecendo a complexa trama desse episódio. Foi na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, onde me deparei com um valioso acervo do Diário da Borborema que, entre 1961 e 1964, publicou uma série de manchetes que continham informações que foram fundamentais para alinharmos algumas das peças que compõem as tramas desse quebra-cabeça. Já haviam passado seis dias, desde início da Campanha da legalidade quando o Projeto de Lei encontrado foi escrito. Naquele mesmo dia, 31 de agosto de 1961, o Diário da Borborema publicou a manchete: “Câmara de Vereadores toma posição na luta em defesa da Democracia”. O jornal contava com bastante rapidez nos informes, mesmo com as limitações das tecnologias da época. A matéria afirmava que a Casa enviou um telegrama ao Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em apoio à Campanha da Legalidade e em defesa da posse do vice-presidente eleito, seguindo a Constituição da República. Embora o Jornal da Borborema tenha, naquele momento, o pretensioso cuidado de não deixar indícios de uma filiação política muito clara, o tema da Campanha da Legalidade

é bastante explorado, o que de fato beneficiou a essa pesquisa. A publicação do dia posterior, 1º de setembro de 1961, foi ainda mais crucial, já que narra um episódio bastante relevante que ocorreu no período da tarde na Câmara ainda no dia 31 de agosto. Um personagem em particular tomou destaque nessa narrativa, trata-se do vereador Ronaldo Cunha Lima, à época eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, filiação comum a Brizola, e autor do Projeto de lei mencionado. Fortemente ligado aos movimentos estudantis da cidade, o vereador que segundo o jornalista Josué Sylvestre (2013)¹³ já havia sido presidente do Centro Estudantil Campinense, destacou-se ao liderar a campanha.

A publicação dizia o seguinte: “Com as galerias repletas de estudantes e populares, a Câmara realizou mais uma sessão ontem à tarde – Homenageando o Gov. Leonel Brizola – Discurso de Ronaldo Cunha Lima”. A narrativa é de que a galeria inflamou em grande número de universitários, operários e comerciantes que vibraram em salvas de palmas e “gritos ininterruptos de Viva a Legalidade!”. Foi quando movido pelo calor da emoção Ronaldo Cunha Lima teria proposto denominar de Largo da Legalidade o largo que se situa entre a Prefeitura Municipal, o Grande Hotel, a Escola Politécnica da Paraíba e o Palácio do Comércio, o que leva a crer que se tratava de um trecho do canteiro central da Avenida Floriano Peixoto, um trecho que foi completamente demolido para dar espaço a um cruzamento onde hoje transitam carros e pedestres. Não se sabe ao certo quando se deu essa demolição. Além da denominação do largo, Ronaldo Cunha Lima também propunha erguer nele um busto de Leonel Brizola, líder do movimento legalista:

Ao ser lido o teor do projeto referido, de pé e com vibrantes brados de saudação, as galerias aplaudiram a ideia do vereador petebista. O presidente da Casa, pessoalmente e em nome da Mesa, apresentou suas congratulações ao autor da proposição pela feliz ideia, encaminhando-a imediatamente à Comissão de Justiça para oferecer parecer. (JORNAL DA BORBOREMA, Ano IV, nº 1338, 1961, p. 1)

Busto de Leonel Brizola e Largo da Legalidade, eram essas as palavras-chave da enérgica publicação daquele dia.

A Câmara de Vereadores se encontrava presidida por Williams de Arruda do PSB, que em 1964 assume a Prefeitura, embora brevemente, após a cassação de Newton Rique nos primeiros sopros da ditadura. Newton Rique, integrante do PTB e representante da elite de empresários e industriais da cidade, foi acusado de manter “vínculos estreitos com o ex-presidente João Goulart e com Leonel Brizola” (AGUIAR, 2014, p. 66)¹⁴, ambos considerados inimigos da “democracia” àquela altura. Naquela tarde de 31 de agosto de 1961, o Projeto de Lei, supostamente aplaudido durante a presença dos manifestantes, seguiu para a Comissão de Justiça que tem a competência de avaliar os aspectos legais e jurídicos das proposições.

Caros/as leitores/as, nos bastidores, quando se fecham as cortinas da teatralização e o público se recolhe, as coisas podem tomar rumos bastante distintos. O referido projeto, assinado pelo autor Ronaldo Cunha Lima, pelo presidente e pelos secretários da Câmara possui dois artigos datilografados em sua primeira página, o primeiro se refere à denominação do largo e o segundo à construção do busto em bronze, mas o que chama atenção é o

[13]. SYLVESTRE, Jusué. Meio século de vida pública sem mandado ou com? Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000). Volume 1. Campina Grande: Latius, 2013.

[14]. AGUIAR, Joabe Barbosa. “Cassar e caçar”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. Revista Paraíba de História, ano I, nº. 1, 2º semestre de 2014.

conteúdo da segunda e última página, uma espécie de anexo que parece ter sido escrito na surdina, uma folha de tamanho inferior à primeira com marcas de uso evidentes nas bordas, rabiscado apenas à mão e datado de 13 dias após a suposta aprovação. O anexo contém apenas os dizeres “suprima-se o art. 2”, deixando entender que talvez o busto nunca tenha sido confeccionado, e contém a assinatura quase ilegível de Everaldo Agra, vereador e segundo secretário da Câmara, eleito pelo Partido Social Progressista – PSP.

A Campanha da Legalidade teria entrado para a História como um movimento de luta pela democracia brasileira que mais uma vez se via sob ameaça. A vitória foi breve, já que João Goulart assume a presidência com poderes restritos devido à aprovação da emenda parlamentarista. Aqui os grupos de oposição já anunciavam os seus planos futuros e davam importantes passos rumo ao que mais tarde viria a se configurar como o golpe de 31 de março de 1964. Ronaldo Cunha Lima que posteriormente foi eleito prefeito de Campina Grande pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB em 1968, e certamente já sob a mira da bancada golpista há alguns anos, teve seus direitos políticos cassados em 14 de março de 1969.

Não é tarefa fácil entender todos os motivos pelos quais o projeto, aplaudido em assembleia, teria sido a posteriori suprimido, mas tais eventos evidenciam como a vontade política ocupa ou não a cidade ao construir “lugares de memória” e se tornar palco da materialização dos desejos onde se definem os destinos coletivos, mesmo que a política tenha bastante espaço para o plano dos interesses individuais.

Entendem-se como “lugares de memória” os museus, monumentos, praças, ruas, parques ou até festas típicas regionais. O conceito foi fortemente discutido pelo historiador Pierre Nora (1993), influenciado pelos estudos do sociólogo francês da escola

durkheimiana, Maurice Halbwachs (1990), autor da obra *A memória coletiva*, publicada em 1950, cuja questão central consiste em afirmar que a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva, posto que todas as lembranças são construídas no interior de um grupo. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é espontânea e cabe à história incorporar as lembranças à medida que fossem deixando de existir os grupos que as sustentavam.

O conceito de “lugares de memória” é sugestivo, mas cabe ressaltar que embora se torne válido buscar inspirações nessa proposta de Pierre Nora (1993), buscamos avançar a partir dela, evitando se apoiar no pressuposto de que a memória estaria demasiado complacente no plano mais geral, no interior de um grupo de forma homogênea. É preciso ter o cuidado de observar a que coletividade se refere e de responder a algumas perguntas básicas: são lugares de que memória ou de que memórias? São lugares de memória de quem e para a construção de que identidades e de que projetos? Afinal a memória é plena de esquecimentos, é dispersa, e isso é próprio das tramas narradas em memoriais. Portanto, na contramão disso, Michael Pollak (1989) mostra que os estudos atuais da memória têm abalizado para a desconstrução oficial do discurso historiográfico que produziu a memória oficial desde o século XIX.

Essa ânsia pelos lugares onde a memória é sacralizada estaria ligada a uma necessidade que nasce na sociedade que se vê condenada ao esquecimento, sociedades em que o fato dura o tempo da notícia. Assim, o monumento, na sociedade contemporânea, mais do que perpetuar uma memória, prestara-se a reafirmar o desejo de perenidade, em sua constante luta contra a dissolução e a morte, contra a lógica da dissipação, o esfacelamento das referências perante a força do tempo.

Quanto ao tal Largo da Legalidade com um busto de Leonel Brizola, este teria sido suprimido por uma Pedagogia do Apaga-

mento ficando apenas no plano dos desejos, teria se perdido em meio à poeira em um porão abarrotado de outras vontades, para só agora ser resgatado pela operação historiográfica.

“Estávamos com sede, deste-nos de beber. Deus te pague!”

Parafraseando a personagem Lydia, criada por Margareth Atwood, em *Os Testamentos* (2019, p. 11), Juscelino Kubitschek teria dito: “Apenas os mortos têm permissão para ter estátuas, mas eu ganhei uma ainda em vida”. Em 1958, inaugura-se a estátua de JK em Campina Grande. A monumentalização de sujeitos vivos passou a ser proibida somente em 24 de outubro de 1977, pela Lei nº 6.454, embora tenha sido violada por diversas vezes pelo Brasil afora. Somente para exemplificar, há diversas publicações do Ministério Público Federal que denunciam a violação dessa lei. Foi o que aconteceu mais recentemente nos Estados de Minas Gerais¹⁵, Piauí¹⁶, Ceará¹⁷ e Alagoas¹⁸. Para contextualizar

[15]. JUSBRASIL. Ministério Público recomenda alteração de nomes de logradouros públicos em Nova Serrana. 2012. Disponível em: <<https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/3044124/mpmampmg-ministerio-publico-recomenda-alteracao-de-nomes-de-logradouros-publicos-em-nova-serrana>> Acesso em 11 de jun. 2022.

[16]. JUSBRASIL. Justiça determina alteração do nome de pessoa viva em prédio do CRC/PI. 2018 Disponível em: <<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/754819863/mpf-justica-determina-alteracao-do-nome-de-pessoa-viva-em-predio-do-crc-pi>> Acesso em 11 de jun. 2022.

[17]. JUSBRASIL. MP recomenda retirada de homenagens a pessoas vivas em prédios públicos de Cruz. 2013. Disponível em: <<https://mp-ce.jusbrasil.com.br/noticias/100442880/mp-recomenda-retirada-de-homenagens-a-pessoas-vivas-em-predios-publicos-de-cruz>> Acesso em 11 de jun. 2022.

[18]. JUSBRASIL. MPF/AL recomenda alteração de nomes de ruas em homenagem a pessoas vivas. 2012. Disponível em: <<https://pr-al.jusbrasil.com.br/noticias/100055260/mpf-al-recomenda-alteracao-de-nomes-de-ruas-em-homenagem-a-pessoas-vivas>>. Acesso em 11 de jun. 2022.

a inauguração da estátua de JK em uma das principais praças de Campina Grande é preciso resgatar alguns acontecimentos. Em 1956, Carlos Luz, sucessor de Café Filho, afastado da presidência por questões de saúde, após substituir Getúlio Vargas quando do suicídio, foi deposto porque queria impedir a posse do presidente eleito JK junto com a bancada de oposição. Enquanto em Campina Grande o médico areiense, Elpídio de Almeida, exercia seu segundo mandato como Prefeito da cidade, entre 1955 e 1959, Juscelino Kubitschek, pelo PSD, assumia a Presidência do país entre 1956 e 1961.

Esse período teria ficado marcado, não só pelo crescente consumo de produtos industriais norte-americanos no Brasil, mas por relações muito estreitas entre o país e os Estados Unidos a ponto de haver um consumo cultural do próprio american way of life. Os EUA disparavam na corrida pelo pódio da Guerra Fria. Entre feitos como a construção de Brasília e o processo de intensificação do êxodo rural, Kubitschek abria fortes investimentos de capital estrangeiro no país devido ao plano desenvolvimentista, medida que mais tarde traria consequências econômicas inflacionárias para o país.

“Assim como Vargas, falar de Juscelino e seu mandato é falar de populismo” (MEDEIROS, 2013, p.8). Para isso, o apoio da mídia era fundamental. Enquanto a oposição tinha na Tribuna da Imprensa, jornal do udenista Carlos Lacerda, oposição agressiva desde Getúlio Vargas, JK contava com o apoio de revistas como O Cruzeiro, A Manchete e, em Campina Grande, o Diário da Borborema. Juntos esses canais popularizaram imagens de JK como o presidente que trabalhava para resolver os problemas sociais e repercutiam as famosas mudanças urbanísticas e modernistas empregadas nos anos 1950. Sobre esse processo de modernização

da cidade e suas repercussões discursivas higienistas, o arquiteto Marcus Queiroz (2016)¹⁹ escreve com muita pertinência.

Foram muitos os legados da Era Vargas para o palco das encenações políticas no Brasil, portanto esse tema demandaria uma vasta pesquisa sobre o qual esse trabalho não poderia dar conta no momento. O presidente Juscelino Kubitschek ficou conhecido como um dos maiores herdeiros da política nacional-desenvolvimentista de Vargas. Entre as artes de fazer herdadas destaca-se a criação de redes de representações que tecem o imaginário social e pretendem construir o sujeito enquanto carismático, paternal e modernista. É sobre o que disserta Fabrício dos Santos (2014)²⁰.

No entanto, é importante destacar que, embora partidos considerados herdeiros de Vargas como o PSD e PTB tenham ideários políticos que representavam o trabalhismo e nacionalismo varguistas, isso “nem sempre aconteceu com conteúdos fixos, e sim oscilando entre as diversas ideias políticas que estavam em voga na época, parcialmente absorvendo-as” (SANTOS, 2011, p. 23). Inevitavelmente, essas artes de fazer inspirariam políticos campinenses no palco de suas teatralizações. Mas como e quando Juscelino virou estátua erguida na Praça da Bandeira, o logradouro mais central e popular de Campina Grande?

Primeiro vale a pena destacar que há indícios de que nessa mesma praça já havia sido erguido um monumento que simplesmente desapareceu da vista pública. Refiro-me ao busto erguido em homenagem a outro personagem da política: o areiense, José Américo de Almeida, o mesmo com o qual Elpídio de Almeida,

[19]. QUEIROZ, Marcus, Vinicius Dantas de. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura de Campina Grande em transformação 1930-1950. Campina Grande: EDUFCG, 2016.

[20]. SANTOS, Fabrício Pereira dos. Representações sobre o prefeito Severino Cabral dentro de uma Cultura Política Modernizante na cidade de Campina Grande (1958-1963). Campina Grande: UFCG, 2014.

prefeito de Campina Grande em exercício no ano de tal apagamento, rompeu politicamente após o polêmico episódio do assassinato de Félix Araújo, sobre o qual trataremos no Capítulo II. Portanto, José Américo também recebeu uma homenagem em bronze ainda em vida, mas não o encontrei, tão poucos documentos que a oficializasse.

Lacerda Júnior e Lira (2012)²¹ escreveram: “Zé Américo disse outro dia: na minha terra, Areia, fizeram-me pó. Em Campina Grande, em bronze!” E por falar nisso, cadê o busto de Zé Américo?” (LACERDA JÚNIOR e LIRA, 2012, p. 244). Como sugere o sociólogo austríaco Michael Pollak (1992)²², a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno fabricado e “submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). A partir disso, o indivíduo constrói uma imagem de si e do Outro para si: “Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1992, p. 204). “Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. (POLLAK, 1989, p. 4). Embora não tenha encontrado o Projeto de Lei sobre o monumento, a informação da sua breve existência também ficou registrada em uma fotografia publicada pelo blog “Retalhos Históricos” em 2011 (Figura 02):



Figura 02: Busto de José Américo de Almeida na Praça da Bandeira.
Fonte: Blog Retalhos Históricos, 2011.

Teria esse sumiço alguma relação com os conflitos entre Elpídio de Almeida e José Américo? Afinal, a estátua erguida em homenagem a Juscelino Kubitschek parece ter ocupado precisamente o lugar desse busto, e isso foi feito em 1958, justo quando Elpídio ainda era Prefeito de Campina Grande, às vésperas da vinda do Presidente à cidade. Seria coincidência a permuta? Claramente o antigo monumento foi demolido já que nem mesmo o pedestal que o sustentava existe mais, dando lugar a outro completamente diferente onde repousa a imagem reverente de JK.

Chartier (2002), numa leitura do pensamento foucaultiano, ao investigar as formas pelas quais os indivíduos e grupos cons-

[21]. LACERDA JÚNIOR, Jônatas Araújo. LIRA, Agostino Nunes da Costa. Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas. – Campina Grande: UFCG, 2012.

[22]. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 200-212, out. 1992.

troem sentidos para o mundo real a partir de representações carregadas de interesses ajuda a pensar esses elementos como componentes essenciais dos discursos, elaborados de modo que estão “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p.17). Portanto, as lutas por representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas. Seriam as “formas simbólicas” todas as categorias e processos que constroem o mundo como representação e que “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Se colocarmos essas lutas no interior de uma “trama das ações representadas”, nota-se como a prática pedagógica da monumentalização se dá em torno de querelas entre os sujeitos envolvidos. As desavenças entre Elpídio de Almeida e José Américo de Almeida são parte integrante da narrativa tecida em memoriais, jamais de forma homogênea, complacente, irrefutável.

Os relógios contavam 16 horas do dia 07 de novembro de 1958, quando o avião que conduzia Juscelino Kubitschek pousou em solo campinense. O motivo da visita era a inauguração de duas obras executadas em sua gestão: o trecho pavimentado que ligava o aeródromo à Cidade e a adutora de Boqueirão. No desembarque, recebeu os cumprimentos do Governador Pedro Gondim, um político de família tradicional alagoa-novense formado em Direito pela Faculdade de Recife. À espera do Presidente também estava o Prefeito Elpídio de Almeida que lhe ofertou as chaves da cidade, e o Presidente da Câmara, à época o Vereador José Gaudêncio de Brito, que lhe entregou o título de cidadão campinense.

A cidade, representada por seus líderes políticos, se prostrava à chegada do homenageado. No trajeto em carro aberto até a Praça da Bandeira, o chefe da nação foi ovacionado pelo povo cam-

pinense em reconhecimento à obra que viria sanar um antigo problema de abastecimento. Após inaugurado o serviço de adutora, estava erguida na praça a estátua de JK, monumento que materializa o agradecimento dos campinenses, atestando a ele a paternidade das obras. Não encontrei no depósito da Câmara Municipal nenhum Projeto de Lei que tratasse dessa homenagem. Na Figura 03 a seguir, a fotografia estampada na revista O Cruzeiro, sob a manchete, “Nasceu uma Estátua,” publicada em 20 de dezembro de 1958, que exhibe a praça da Bandeira, iluminada por elementos pitorescos, e a estátua em tamanho natural que se ergue entre os que a observavam. Curiosamente a baixa iluminação da praça, em conjunto com as limitações dos equipamentos fotográficos da época, contrasta com os discursos de modernidade, tornando difícil visualizar a plateia na imagem.



Figura 03: Inauguração da estátua de Juscelino Kubitschek na Praça da Bandeira.
Fonte: Revista “O Cruzeiro”, Luciano Carneiro, 1958.

O cronista campinense Cristino Pimentel, em *Abrindo o livro do passado* (1956), fala com ironia e saudosismo sobre a iluminação pública de uma das principais ruas do centro de Campina Grande:

A rua Maciel Pinheiro, que trago para esta página de saudade, salta à nossa vista como um rasgão de fogo divino em noite de inverno forte. Toda asobradada, embora com iluminação insuficiente e mal disposta, nela a reforma foi total, pouco ou quase nada restando do seu aspecto primitivo. Sempre foi a preferida para os divertimentos da população, agora com mais razão depois que o progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado (PIMENTEL, 2011, p. 25).

A iluminação ainda precária no centro da cidade, e quem dirá nos demais bairros, dava suporte em forma de pequenos clarões ao momento oportuno para a homenagem, e todos os grupos políticos, principalmente aliados ao PSD, partido do presidente, queriam tirar “uma lasquinha”. As aglomerações e os adornos em torno do monumento compõem a imagem: as cabeças erguidas na direção da estátua iluminada sobre o pedestal revelam populares curiosos ao observar o momento financiado por recursos públicos, mesmo que certamente não tenham sido protagonistas da sua organização. O momento pedia aclamações e aplausos.

Sobre a participação popular na elaboração da homenagem vejamos um documento interessante: o *Diário da Borborema*, em publicação de 01 de maio de 1958, revela que o momento da inauguração da estátua já vinha sendo pensado há meses. Como o que parece ter sido uma estratégia para instigar os populares a comparecerem, foi lançado um concurso de frases para den-

tre as concorrentes ser escolhida uma a se esculpir no pedestal de concreto da estátua, assim a vinda do homenageado à cidade mobilizaria as massas e, de fato, o concurso obteve centenas de participantes. No *Blog Retalhos Históricos de Campina Grande*, Edmilson Rodrigues do Ó (2016) comenta que Otávio Alexandre Barros, fabricante de carroceria de ônibus, havia vencido o concurso e a frase ganhadora teria sido a seguinte: “Juscelino, estávamos com sede, deste-nos de beber, Deus te pague!”. Agora, atente-se para os dizeres no jornal após a realização do concurso, pois o trecho indica que o evento foi cancelado para a realização de outro em seu lugar:

Novo concurso de frases para a estátua do Presidente Juscelino Kubitschek foi instituído pela comissão promotora da homenagem ao Chefe da Nação, em face da reação que se manifestou entre as elites pensantes da cidade contra a frase da autoria do Sr. Otavio Barros, premiada em concurso anterior(...) A reportagem do *Diário da Borborema* já conseguiu ser informada de que vários intelectuais desta cidade que na vida cultural campinense estão dispostos a participar do certame que visa escolher uma frase que expressando o agradecimento de Campina Grande ao Presidente Juscelino pelo grande benefício prestado a nossa terra, seja ao mesmo tempo a manifestação estética da sensibilidade das elites dirigentes da cidade (*Diário da Borborema* 01 de Maio de 1958).

Ora, claramente a tentativa de se permitir a participação direta da população na homenagem foi abortada a serviço dos desejos de uma elite intelectual que parece não se agradar da frase escolhida, pelo que se vê considerando-a pouco refinada. O que dizer desse revelador episódio?

Sobre a participação popular em momentos de inauguração de monumentos, gostaria de recuperar uma interessante narrativa resgatada por Chartier (2002). Trata-se de um texto publicado, em um jornal da época do rei Luís XV, escrito por Edmond Barbier, sobre a edificação de uma estátua em Paris nos anos próximos à Revolução Francesa em que deixam de ser raros os ataques contra o rei e sua autoridade:

1763, fevereiro: A 23 deste mês foi colocada a estátua equestre do rei sobre o pedestal que estava na nova praça, em frente da ponte giratória das tulherias. Essa estátua levou três dias para vir da oficina, que ficava em Roule. Havia muita gente a assistir à mecânica dessa operação... O senhor governador de Paris, o preboste dos comerciantes e os almotacés, que estavam debaixo de toldos; a senhora marquesa de Pompadour, o senhor duque de Choiseul, o marechal príncipe de Soubise e outros. Porém, como na afluência do povo há sempre provocadores e pessoas mal intencionadas diz-se que foram presas, quer no caminho quer na praça, várias pessoas que estavam a dizer coisas impróprias sobre o fato da estátua ir muito devagar. Uma dizia que o rei ia como o levavam; que seria difícil fazê-lo ir além do hotel de Pompadour, que, para descer do pedestal, se encontrava entre quatro gruas, numa alusão aos ministros, e vários outros discursos maldizentes. (BARBIER, 1963, p. 301-302)²³

Essa passagem anuncia fissuras que não de sacudir o edifício antigo do Antigo Regime cuja figura do rei, da aristocracia e das camadas privilegiadas presentes no momento da inauguração, atesta a concentração do poder nas mãos de uma seleta elite. Sem

[23]. BARBIER, E. J. F. Journal d'un bourgeois de Paris sous le règne de Louis XIV, Paris, Union Générale d'Editions, 10/18, 1963.

dúvida, a cerimônia descrita tem importantes semelhanças com o episódio de monumentalização de JK, e se houve alguma manifestação popular de reação ou ridicularização desse segundo feito, infelizmente não encontramos nenhum registro. Na Figura 04 a seguir, vemos em pesquisa de campo feita em 2022 que a estátua permanece conservada no local de inauguração até os dias atuais.



Figura 04 - Estátua de Juscelino Kubitschek na Praça da Bandeira. Fonte: a autora (2022)

A placa de inauguração não existe mais e curiosamente parece ter sido substituída por uma nova placa com palavras do prefeito Romero Rodrigues que, em 2016, financiou com recursos públicos a reforma da praça e cujos dizeres não têm nenhuma relação com o monumento: “Os campinenses que passam veem na praça uma aquarela. O verde de suas árvores e a luz do sol amarela. Essa é a Praça da Bandeira que agora ficou mais bela”. A

frase sugere aquilo que se percebe na imagem: as transformações políticas dos espaços ao longo dos anos, a produção e o apagamento de memórias, de outras narrativas.

No centro da praça ergue-se uma estátua que, destoando da percepção colorida do local descrito por Romero Rodrigues, parece um espectro, um defunto que se ergue da tumba. Acinzentado pelas marcas do tempo e pela acidez dos esterco de pombos, o bronze já não brilha mais. Ao fundo da imagem se exibem coloridas lojas comerciais, afugentando o monumento idealizado para dar lugar a uma pedagogia política do espaço/memória que está a serviço do capital e que testemunha o triunfo do comércio perante a política.

Como parte de outro recorte histórico que enaltece a trajetória dos “heróis”, Kubitschek aparece em favor de uma das práticas representativas mais comuns da cultura política: a paternidade das obras públicas. Essa personificação em bronze que simbolizaria o agradecimento à construção do sistema de abastecimento de água, em uma região tão castigada por períodos de seca, parece esquecer o fato de que essa providência seria nada mais do que uma responsabilidade mesma da gestão pública. Não há aqui feito heroico e extraordinário para se eternizar já que a construção da adutora era uma medida que já se tornava tardia tendo em vista as necessidades básicas da região semiárida.

Cidadão benemérito, continua a observar os transeuntes na conhecida Praça da Bandeira ou popular Praça dos Pombos, erguido como elemento material central dela. Sua imagem flutua entre tramas das ações representadas, entre interesses que emergem, que sobrevivem à complexa trama da política local, e se há alguma forma de apropriação popular esta fica confiada à abstração, já que não há um reconhecimento massivo dos seus motivos de ser e de estar na praça, não há, portanto, uma ótica memorial coletiva que dê substância à sua existência.

“UM MORTO VESTIDO PARA UM ATO INAUGURAL”

Com título inspirado na obra, *Um morto Vestido para um ato inaugural*, do autor Durval Muniz (2013), esse segundo capítulo busca dar continuidade a essa aventura investigativa pelos marcos que tornaram possíveis as monumentalizações de sujeitos em Campina Grande-PB, entre 1956 e 1964. Enquanto Durval Muniz (2013) buscava compreender como se deu a invenção das tradições mortas do passado, revelando que a arte de fabricar a cultura popular e o folclore daria lugar a presenças mortas, travestidas de uma realidade pacificada e fazendo emergir a histórias dos interesses das elites por dadas atividades culturais, de forma análoga a isso, mergulharemos em uma trama pela qual não só uma certa monumentalização foi fabricada, mas também um morto. Faremos agora o caminho oposto. Vamos retornar a 1956. Mas, por que é importante fazer esse retorno? De quem foi o enigmático monumento vestido para o ato inaugural daquele ano?

Como prometido, alerta para o caso dessa narrativa não se tratar de uma trajetória linear, mas labiríntica, uma verdadeira montanha-russa de acontecimentos. Portanto, é preciso lembrar

Félix Araújo e o imaginário anticomunista na Paraíba

ainda algumas questões quanto à conjuntura política nacional. Em 1945, Getúlio Vargas, que por longos anos havia estabelecido uma verdadeira ditadura no Brasil com destaque para a perseguição anticomunista e a elaboração do chamado “perigo vermelho”, tomou algumas medidas com o intuito de melhorar sua imagem perante as democracias que se consolidavam mundialmente no pós Segunda Guerra. Ainda em 1945, ele concede anistia a todos os que haviam sido acusados de cometer crime político, pelo decreto de 18 de abril, incluindo assim o líder Luís Carlos Prestes do Partido Comunista Brasileiro - PCB, partido que volta à legalidade naquele ano.

O anticomunismo, como explica Rodrigo Motta²⁴, teve como ponto de disseminação no Brasil a “intentona comunista”, conhecida como uma suposta tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas em 1935, tendo como apoiador o Partido Comunista Brasileiro - PCB representado por Luís Carlos Prestes. A decisão da anistia também foi motivada por uma onda de protestos pela democracia por todo país. Esse acontecimento que marcava o retorno do PCB aos palanques eleitorais, em 1945, nos leva a um ponto fundamental dessa narrativa, já que a essa altura Félix Araújo, o busto vestido para o ato inaugural, era de um controverso membro do Partido Comunista Brasileiro – PCB em Campina Grande.

O ano de 1945 foi marcado pela emergência de importantes partidos políticos, elementos que vão compor a trama em torno da qual se dá a pedagogia da produção e do apagamento de bustos e estátuas em Campina Grande e que protagonizam acontecimentos relevantes daquele período. As medidas autoritárias de Vargas de dissolução de partidos e a posterior anistia a Prestes não foram bem vistas por seus adversários, o que culmina com a formação da União Democrática Nacional – UDN - fundada em 1945 por conservadores da elite e os principais opositores de Vargas. Naquele mesmo ano, temendo que a UDN ganhe muitos adeptos, Vargas decide lançar uma considerável estratégia política. Sob sua orientação são fundados dois partidos políticos, o Partido Social Democrata – PSD- que passou a congregiar grandes proprietários de terras e boa parte da elite do país em oposição à UDN, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB- constituído por sindicalistas e simpatizantes da causa trabalhista, em outras palavras, este último estrategicamente fundado para disputar com o PCB o eleitorado dos trabalhadores urbanos.

Esse contexto acima exposto é fundamental para compreendermos tanto a trajetória do homenageado Félix Araújo em seu

[24]. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em história econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 2000.

caminho até sua incorporação à elite Campinense quanto a existência dos partidos políticos aqui citados na complexa relação conflituosa e acirrada entre seus representantes a nível local. Félix, Nascido em 22 de dezembro de 1922 em Cabaceiras, de família pobre, contou com o apoio de uma tia residente em Campina Grande para continuar os estudos no Colégio Pio XI, onde estudou com o amigo Raymundo Asfora - este último viria a ser vereador de Campina Grande, pelo PTB, e autor do Projeto de Lei nº 932, que em 1956 homenageou Félix Araújo com um busto em praça pública (sobre essa autoria veremos que há controvérsias).

Ambos seguiram um caminho que os levariam à ascensão político-social de modo que pareciam saber exatamente os traços formativos e performativos necessários a um integrante da elite campinense: estudaram no Ginásio Pio XI, foram parte do Centro Estudantil Campinense, fundaram juntos a Casa do Estudante de Campina Grande e ambos estudaram na Faculdade de Direito de Recife, a maior oficina de letrados políticos do nordeste, embora Félix Araújo não tenha chegado a terminar o curso devido seu assassinato em 1953. Desde meados do século XIX, a instrução paraibana esteve voltada para constituição de um grupo bem definido de “doutores” graduados, os chamados Bacharéis, formados na Faculdade de Recife; a quantidade de paraibanos egressos da Faculdade de Direito de Recife foi superada apenas pelos Pernambucanos:

O vislumbre do homem culto concentrou nas mãos das camadas médias tradicionais, os percursos do sistema oligárquico na Paraíba, ao passo que perpetuou o desenho da política estadual nas mãos de grupos que fortaleceria essa tradição do “doutor” político. (SANTOS NETO e SANTOS, 2017, p.3)

Eis uma das prerrogativas básicas para exercer a carreira política na região na década de 1950: a formação superior, contrastando com tempos anteriores em que a Câmara era formada por proprietários de terras e grandes comerciantes. Tratava-se de uma forma de se diferenciar de outros grupos ao se produzir uma certa identidade entre os protagonistas da política, uma categorização objetiva dos modos de ser e estar na política. Esse movimento ocorre numa clara herança do bacharelismo oitocentista em um contexto em que o bacharel acabou por constituir-se na figura central do Estado “porque era mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais” (ADORNO, 1988, p.78). É o que Adorno (1988) chama de profissionalização da política. Naquele momento, a função da faculdade seria formar uma elite intelectual e cultural à qual fosse delegada a condução dos negócios políticos.

Até ser eleito Vereador em Campina Grande nas eleições de 1951, Félix parece ter cumprido um percurso marcado por conflitos subjetivos que surgem desde seu envolvimento e simpatia com a ideologia comunista e uma crescente necessidade de se distanciar dela para ser aceito na elite conservadora campinense. “Foi nos ideários marxistas de Baldomiro Souto” (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 99), seu mentor no Liceu Paraibano, quando da sua passagem por lá, que ele encontrou um primeiro lugar identitário político, cujos ideários se intensificaram depois da sua participação como combatente na Itália na Segunda Guerra Mundial em seu contato com a resistência italiana.

Ao regressar da Guerra, Félix se fixa em Campina Grande e se incorpora à vida política da cidade ao lado do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Na dissertação *O PCB Paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase de redemocratização (1945-1953)*

escrita por Faustino Cavalcante Neto (2006), o autor analisa como se constituíram e se difundiram os discursos sobre o Partido Comunista Brasileiro no imaginário social e político, tendo como referências o caso particular de Félix Araújo em Campina Grande.

Com a legalização do PCB, em 1945, o cabaceirense estudante de Direito, Félix Araújo, antifacista convicto, passa a ser parte do partido juntamente com trabalhadores como o sapateiro José Peba Pereira dos Santos e outros integrantes das hostes trabalhistas. O PCB tinha caráter nacionalista, de defesa de reformas sociais e contava com os princípios marxistas da luta de classes. De fato, esse ressurgimento do partido e o seu paulatino crescimento em adeptos pelo Brasil não foi aceito com parcimônia pela oposição, tendo causado desavenças e desconfortos entre os representantes das oligarquias locais. O PCB possuía um histórico de perseguições políticas e ideológicas e estava profundamente marcado pelo estigma da clandestinidade.

Em Campina Grande, o governo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, juntamente com as propagandas da imprensa e o auxílio de instituições religiosas, já havia despejado um forte investimento em um imaginário anticomunista. Durante o período da Ditadura do Estado Novo, Vargas contava com o apoio do ruralista campinense e Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, que ao lado de José Américo de Almeida, político letrado de tradicional família areiense, representavam as suas vontades. Argemiro, da tradicional família dos Figueiredos, formado na Faculdade de Direito do Recife (novamente o engenho das oligarquias letradas paraibanas) cumpriu seu dever de reproduzir a ideologia anticomunista na Paraíba.

Na dissertação, “Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940),” a autora Waniéry Silva (2017) busca compreender como o governador/

interventor tratou de perseguir o Partido Comunista Brasileiro - PCB e como inclusive chegou a flertar com ideologias autoritárias, uma vez que recebeu de presente ladrilhos com o símbolo da suástica invertida – terceiro Reich – “e implantou-os em um dos corredores do Palácio da Redenção, residência oficial do chefe local à época” (SILVA, 2017, p.14). Os visitantes da praça Clementino Procópio com os olhares mais atentos, uma das principais praças de Campina Grande, podem notar ainda hoje a existência de uma suntuosa estátua que dizem apontar para onde a cidade estaria para crescer, entre meados de 1940 e 1970, (Figura 05), uma representação ideal para aquele que possuía o poder de ditar os destinos coletivos da cidade. Trata-se de uma homenagem ao tal Argemiro de Figueiredo, sobre o qual voltaremos a discorrer no Capítulo III, oficializada pelo projeto de Lei nº 55 de 1964, um mês antes do funesto Golpe civil-militar.



Figura 05 - Estátua de Argemiro de Figueiredo na praça Clementino Procópio.

Fonte: a autora (2022)

Fortemente apoiado pela igreja e a classe média e tendo a imprensa como aliada, a mensagem era clara: os comunistas eram motivo de temor! “Dos interventores, Argemiro era o mais comprometido com o clericalismo e anticomunismo, realizando assim uma administração manifestamente eficiente de repressão comunista” (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 10).

De fato, tendo em vista as marcas deixadas por essa histórica perseguição e consolidação de um imaginário anticomunista, e estando o mundo no auge da Guerra Fria, era pouco provável que o PCB permanecesse na legalidade por muito tempo. Um episódio que marca a contínua perseguição aos simpatizantes do comunismo e aliados ao PCB, por exemplo, foi o incêndio criminoso na “livraria do povo”, em 1946, no centro de Campina Grande, narrado por Josué Sylvestre (2013, p. 326). De propriedade do estudante Félix Araújo, essa livraria continha várias obras de fundamento marxista e funcionava no edifício do Banco do Comércio. Certa manhã, os livros foram encontrados rasgados e queimados entre estantes reviradas. Nesse contexto, os sindicatos eram enfaticamente temidos e o partido comunista exercia forte influência sobre eles.

Foi curto o período em que Félix militou pelo partido, já que o PCB entrou novamente na clandestinidade em 1947, durante o governo de Gaspar Dutra. Assim, é decretada mais uma vez a ilegalidade do partido que ocorre sob pressão externa norte americana. Quanto a Félix Araújo, seja pelas necessidades financeiras pelas quais passava ou pela dificuldade em se manter em uma disputada elite de políticos locais, aceitou empregos de interventores anticomunistas, o que soou muito contraditório para um militante do PCB.

Segundo aponta Cavalcante Neto (2006), as contradições não pararam por aí, já que ele teve como padrinho de casamento o político e latifundiário, Aluísio Afonso Campos, integrante da UDN,

partido que representava a classe conservadora, enfaticamente anticomunista. Félix parecia não conseguir encontrar espaço para se manter nos empregos por constantes demissões, em virtude do seu histórico de militante. Com as frequentes perseguições políticas que se sucederam em sua vida pública, afastava-se cada vez mais da militância, sendo assim o rompimento com os colegas do PCB parece ter sido inevitável, como veremos mais adiante.

Foi então que com o PCB na clandestinidade, em 1947, Félix Araújo trata de construir novas alianças políticas e decide apoiar Elpídio de Almeida, do PSD, nas eleições municipais de Campina Grande; um médico da elite areiense, formado no Rio de Janeiro em 1918. Félix se destacou pela oratória nos comícios e pelo profundo envolvimento na mobilização das massas para eleger Elpídio, em 1947, ao cargo de Prefeito nas eleições contra Veneziano Vital do Rego (UDN), o “Major Veneziano”, este último, no posto familiar de cunhado de Argemiro de Figueiredo. Obviamente o udenista Argemiro não aceita bem a derrota de seu apoiado e supõe que Elpídio de Almeida tenha ganhado as eleições devido ao “apoio de forças ocultas comunistas”, como forma de desqualificar o resultado da eleição. Com a vitória de Elpídio, Félix recebe a proposta de ser Secretário da Câmara de Vereadores na condição de deixar o Partido Comunista.

Sobre a saída de Félix Araújo do PCB, há muitas controvérsias. Enquanto há a ideia de que ele acaba sendo expulso, antes mesmo de oficialmente deixar o PCB, episódio que Sylvestre (1982, p. 314) via como “atitude cínica” do partido que teria antecipado a saída do integrante, como forma de vingança devido ao rompimento, existe uma outra versão, a de que ele mesmo rompeu com o partido “por considerá-lo por demais atrelado aos interesses internacionais da antiga União Soviética” (SOUZA, 2021, p. 174). Tendo sido expulso ou não do partido, Félix Araújo parecia convicto de que precisava encontrar outro lugar na política local, agora aliado

ao Partido Libertador - PL, conhecido por ser de centro-direita e pelos ideais de conservadorismo liberal.

Querelas em torno da monumentalização de Félix Araújo

Em 1951, ano de eleição, os ânimos na política estavam a todo vapor. Aqui se aproximava o clímax dessa narrativa sobre o busto vestido para um ato inaugural. Por um lado, no âmbito nacional, estava Getúlio Vargas que aspirava seu retorno à presidência pelo PTB, partido de sua inspiração e, por outro lado, o tenente Eduardo Gomes, candidato pela UDN, o que resulta no histórico retorno de Vargas à presidência. No Governo da Paraíba, José Américo de Almeida (filiação ao PSD), recebe apoio de Elpídio de Almeida, na disputa contra o candidato Argemiro de Figueiredo (UDN). Félix de Araújo, por ser muito próximo ao prefeito Elpídio de Almeida e “já não mais militando no PCB desde 1948, envolveu-se profundamente na campanha a favor de José Américo, sob promessa de que, se eleito fosse, seria nomeado Secretário de Educação e Cultura do Estado” (CAVALCANTE NETO, 2006, p. 38).

Na contramão do que deveria ser esperado, decorrida a votação, o Governador eleito José Américo, “pressionado por militares radicais da direita, que também tinham contribuído para sua eleição” (SOUZA, 2021, p. 174) não cumpre com a promessa, ao acusar Félix Araújo de agente comunista clandestino, sob o pretexto de

que não havia deixado “as hostes vermelhas”. Tal era o imaginário anticomunista que parece flutuar atravessando toda a trajetória política de Félix Araújo desde que fez parte do PCB, mesmo depois de expulso do partido. Seria uma estratégia para tirá-lo do jogo político ou de fato temiam a ascensão da ideologia? Convenhamos que parece muito mais a primeira hipótese.

Nas eleições municipais de Campina Grande, em 1951, Argemiro de Figueiredo (UDN) se candidata a Prefeito e segue sua onda de decadência eleitoral na cidade e no Estado, já que naquele ano o candidato Plínio Lemos (PSD), areiense formado em Direito também na Faculdade de Recife, apoiado por Elpídio de Almeida, venceu as eleições. Como parte desse mesmo grupo, Félix Araújo é eleito vereador de Campina Grande pelo PL, o que se constitui em importante marco da sua emancipação político-social na elite campinense. Mais tarde, por motivações que por hora ficam restritas à nossa imaginação, Félix embarca numa relação conflituosa com Plínio, o prefeito eleito, denunciando-o de corrupção e proferindo ter provas documentais disso.

Certamente a acusação não foi bem recebida pelo acusado, principalmente no contexto de uma região marcada pela imagem do masculino tal, como é definido majoritariamente em nossa sociedade: dominante, dominador, viril, insubmisso. A acusação era um verdadeiro atentado à honra do sujeito. Há aqui a sujeição de corpos a uma identidade individual masculina, forjada no coletivo que se manifesta competitiva, violenta e constitui “o verdadeiro macho”. Esses são elementos peculiares à cultura nordestina, uma invenção que, segundo Durval Muniz (2013)²⁵, teria acontecido a partir de 1930 em reação à ameaça da feminização da sociedade

[25]. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2 ed. São Paulo: intermeios, 2013.

pelo moderno e a uma certa decadência do poder dos coronéis, senhores de engenhos típicos da Primeira República (sobre isso trataremos com maior destaque no Capítulo III).

O historiador Carlos Lopes (2021)²⁶ escreve como se dá a invenção da virilidade, a partir da autonarrativa do político José Américo de Almeida, já citado nesse trabalho, na obra *Memórias: antes que me esqueça (1976)*²⁷. A obra relata episódios de uma disputa violenta entre dois grupos políticos rivais, no final do século XIX, na cidade de Areia - PB. Tratando de querelas em torno de membros de famílias remanescentes mais poderosas da oligarquia paraibana, a narrativa revela como se eliminavam adversários com o uso de armas: “donos de terra, poderosos fazendeiros, tinham verdadeiras milícias, sempre prontas a agir conforme a vontade do chefe” (LOPES, 2021, p. 214). O próprio José Américo de Almeida, filho de proprietário de engenho da cidade, chega a chamar as terras de propriedade de seu pai de feudo, explicando existir dentro desse domínio uma espécie de Estado com suas próprias leis. A obra sugere uma intencionalidade do autor: mostrar como o mundo violento em que cresceu o tornou “cabra macho”, corajoso, viril, resistente à dor.

No âmbito cultural de masculinidades em que as desavenças são resolvidas pelo derramamento de sangue, o episódio que sucede às acusações de Félix Araújo não foi diferente. Em 13 de julho de 1953, Félix é abordado por um pistoleiro, subentende-se que a mando de Plínio Lemos: João Madeira. O sujeito estava armado à espera do vereador na rua Maciel Pinheiro, em frente à Câmara

[26]. LOPES, Carlos André Martins. A invenção da virilidade em *Memórias*, de José Américo de Almeida. In: ZICA, Matheus da Cruz e. (org.) *Experiências formativas não escolares: história e teoria da educação*. Campina Grande: EDUFPG, 2021.

[27]. ALMEIDA, José Américo de. *Memórias: antes que me esqueça*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

Municipal. Após uma acalorada discussão, o pistoleiro intervém na tentativa de esquiva de Félix e “nesse momento ouvem-se os tiros, abafados, naturalmente, pela posição em que se encontravam os litigantes” (SYLVESTRE, 1982, p. 343). Após o ocorrido, João Madeira se retira da cena e Félix é levado à Casa de Saúde em estado grave.

Na manhã da terça-feira do dia 14 de julho, um dia após o episódio, o Jornal de Campina exibiu a manchete: “Torpe atentado! O capanga do Prefeito baleou Félix Araújo” em texto escrito pelo cronista Cristino Pimentel. Nele, uma testemunha diz ter visto Félix ser atingido por dois tiros, o que confrontou com a narrativa de Sylvestre (1982) no tópico “Quem atirou primeiro?” Onde afirma que João Madeira também fora atingido por um tiro na coxa, o que sugere que Félix também estaria armado, talvez porque já considerava o episódio como possibilidade, afinal não era incomum no contexto de conflitos políticos da região, ou até mesmo porque era comum andar armado na década de 1950 e 1960 sem maiores restrições legais.

Controvérsias à parte, mesmo tendo sido socorrido, em 27 de julho de 1953 a notícia da morte de Félix foi publicada como uma onda de comoção que envolveu a cidade inteira em choros de revolta. No dia seguinte à morte, o Jornal de Campina exibiu uma nova manchete: “morreu Félix Araújo”. O texto que sucede é carregado de comoção com os dizeres: “foi uma luz cintilante que se apagou”, “orador brilhante”, trazia o lamento da perda: “deixou dois inocentes filhinhos”, manchetes que logo tratam de transformá-lo em mártir das lutas político-sociais na cidade. O Jornal do Commercio, de 29 de julho de 1953, trazia a manchete: “Cam-

pina Grande realmente mergulhada na mais profunda tristeza”. Sylvestre (1982, p. 347) escreve: “nas primeiras horas da manhã a notícia da morte varreu a cidade como um furacão incontrolável”. Rapidamente os veículos de imprensa que antes tratavam de evidenciar o “perigo vermelho” e teciam críticas ferrenhas ao PCB agora traziam um ex-militante na condição de injustamente perseguido. Percebe-se aqui como o discurso reverbera nas identidades forjadas no coletivo, afinal ele não é frio ou indiferente ao real, mas até mesmo constitutivo dele.

A transformação do morto em um símbolo de lutas foi tão bem articulada que atravessou décadas e, mais tarde, ele viria a ser Patrono do poder legislativo campinense, ao dar nome à Câmara Municipal de Casa Félix Araújo. A Resolução de número 13, de 28 de agosto de 1981, oficializa a homenagem, mas, na verdade, percebi que essa denominação já aparece em cabeçalhos de documentos da Câmara em anos imediatamente posteriores a 1956.

Para entender essa construção do sujeito, enquanto mártir, vamos revisitar os eventos posteriores ao assassinato em 1953. Três anos após o ocorrido, o Jornal de Campina, do dia 22 de abril de 1956, intencionalmente recupera os acontecimentos daquele ano e anuncia que as denúncias de Félix Araújo na verdade também envolviam o Governador José Américo de Almeida. Digno de atenção, não é? Terá a denúncia sido motivada pelo episódio já mencionado, de quando o então Governador não cumpre com a promessa do cargo feita a Félix, acusando-o de comunista clandestino? Terá esse episódio gerado uma relação suficientemente conflitante entre ambos para depois eclodir em denúncias de corrupção? Eis a complexidade da trama aqui mencionada. O autor do texto publicado no Jornal de Campina, Epaminondas Câmara, diz acreditar que o amigo de campanha de Félix, Elpídio de Al-

meida, motivado pelo escândalo do assassinato e das denúncias, rompeu com o Governo de José Américo, ainda em 1953, e surpreendentemente se une ao seu maior adversário, Argemiro de Figueiredo da UDN, em oposição a Plínio Lemos, “atribuindo-lhe a responsabilidade moral e a autoria intelectual do crime”.

A aliança foi tão significativa que atravessa a relação familiar, já que conforme Sylvestre (2013), o filho de Elpídio, Orlando Almeida, casa-se com Iara Figueiredo, filha de Argemiro. A trama do assassinato que instigava forte apelo popular volta aos palcos políticos, sob forma de rearranjo das alianças políticas tradicionalmente adversárias, e isso não acontece de forma despretensiosa. Podemos afirmar que essa manobra política de fato beneficiou os envolvidos? Afinal, Elpídio de Almeida volta a ser eleito Prefeito de Campina Grande, entre 1955 e 1959, e Argemiro de Figueiredo, que há um tempo não se elegia no Estado nem na sua cidade natal, foi eleito Senador no mesmo período. Seria muito pretensioso suspeitar das conveniências tão comuns aos jogos político-partidários? Seria este um caso de oportunismo? Afinal, o finado aqui é o principal elo entre dois tradicionais oponentes. E se na mídia e nos palanques Félix vira símbolo das justas causas, nos corredores da Câmara Municipal de Campina Grande parece iniciar-se uma outra disputa pela memória do padecente, um confronto muito sutil, dissimulado nas entrelinhas do Projeto de Lei nº 932/1956.

Os fragmentos documentais produzidos, em 1956, indicavam o seguinte: para os supostos colegas de luta de Félix Araújo era preciso exibir o mártir em praça pública, transformá-lo em memória e imortalizá-lo no bronze. Foi o que exibiam as entrelinhas do corpo do Projeto endereçado à Câmara Municipal de Campina Grande, pelo então prefeito eleito em seu segundo mandato, Elpídio de Almeida, no dia 27 de abril de 1956, que dizia: “Constru-

tor por índole, guia, pelo instinto os seus pensamentos e as suas atividades, todas elas voltaram-se para os problemas coletivos, fazendo do sofrimento do povo o seu próprio sofrimento. A sua ânsia era para a perfeição nas condições sociais da coletividade (...) a aparente turbulência da sua vida era a busca dessa perfeição”. Percebe-se a última fala eximindo-o da culpa, lamentando o seu envolvimento com a ideologia comunista. Elpídio deve se referir aqui ao histórico de militante do homenageado como um período de “aparente turbulência da sua vida”, pois teria sido na ânsia por justiça que Félix embarcou no PCB, escolha feita por força dos problemas sociais da coletividade, mas jamais feita de forma consciente.

Para compreender a dimensão do impacto social da participação de Félix no PCB no contexto político, social, econômico e cultural campinense e esse esforço discursivo para distanciá-lo da imagem de comunista, atendendo à ordem social e moral em voga à época, bastaria resgatar o seguinte episódio. Ao participar de campanhas, inclusive em cooperação com o bispo da cidade, Dom Anselmo Pietrula, em prol das vítimas das secas, “esta última lhe rendeu elogios do bispo e a afirmação de que Félix, após deixar as práticas comunistas, havia se tornado um exemplar pai de família e cidadão respeitável”. (SOUZA, 2021, p. 176-177)

Elpídio de Almeida segue justificando a homenagem: “a recordação não deve ficar apenas no recôndito dos corações agradecidos, deve extravasar os sentimentos interiores, apresentando-se em homenagem perene que atravessando os tempos sirva como exemplo às gerações futuras”. Tratava-se da construção de um memorial com a função de perpetuação de uma memória eleita, não só a memória do finado, aquela que abrigaria seus pontos de dispersão, suas incoerências, seus rompimentos, suas transfor-

mações e seus motivos de ser ao longo dos anos, mas a sua trajetória pincelada de vida, inserida no interior de um discurso para atender principalmente aos vivos que dela vão se valer.

Para colocar em discussão a legitimação dos legados históricos, cabe contestar a memória enquanto uma transmissão pura de um passado para um presente. Ora, o ofício da memória está longe de significar simplesmente a transmissão de um fato. “Ela é, no entanto, da ordem da criação, da invenção, da gestação de novas e diferentes versões para o que é lembrado, recordado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 159). Embora a memória ou o monumento possa retratar algo ou alguém que morreu, o faz para dar nova vida e para habitar o presente.

Para Le Goff (2012), a história – forma científica da memória coletiva – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento. O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade. Homenagear o sujeito e deixar-se aparecer como protagonista no momento da inauguração do monumento seria deixar a porta aberta para o reconhecimento popular, já que a tragédia do assassinato de Félix Araújo estava não só estampada nas manchetes de jornais, mas também na boca do povo. Por esse motivo é que se torna necessário inventariar as camadas de depósitos de sentido que não apenas encobrem, mas constituem esses próprios monumentos, dão a eles suas diversificadas vestimentas, põem em questão as solenes declarações feitas em torno desses mortos vestidos para um ato inaugural²⁸.

[28]. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

O Projeto de Lei nº 932/1956 é um documento escrito de forma muito sucinta, em folhas largas e encardidas pelo tempo e pelo mofo, comido nas beiradas pelas traças, mas não o suficiente para atrapalhar a leitura. Tem poucas marcas de uso, parece até nunca ter sido lido após a elaboração e está escrito em letras datilografadas. Composto por duas páginas, está escrito e assinado pelo Prefeito Elpídio de Almeida, e não pela Câmara de legisladores. O projeto se encontra aprovado e carimbado pela Comissão de Justiça, antes mesmo de passar pelo Presidente da Câmara, só ao final sendo endereçado a ele, Noaldo Dantas. Teria o presidente se incomodado com a iniciativa legislativa do Prefeito? Afinal é competência da Câmara e não do poder executivo a autoria das leis, embora este pudesse criar proposições para entrarem em regime de votação. Teria ele se incomodado com a famosa tática de se transformar a Câmara Municipal em um “puxadinho” do poder executivo? Ao que indicam os documentos, o Presidente da Câmara recebe o Projeto escrito e assinado pelo representante do poder executivo e o arquiva, voltando a tratar da homenagem somente após 4 meses, em 23 de agosto de 1956, quando resolvem reescrevê-lo. O Projeto de Lei que havia sido de autoria do Prefeito Elpídio de Almeida parece ter sido recuperado por um vereador que manifesta interesse: o vereador Raymundo Asfora, aquele amigo de Félix já mencionado bem no começo dessa narrativa. Agora, carimbado com outra autoria, com nova assinatura e a reavaliação da Comissão da Justiça, fica restabelecido o projeto. Os papéis, atualizados e oficializados não se referem mais a Elpídio como autor, nem sequer como proponente da homenagem, no entanto a primeira versão parece escapar aos olhos dos envolvidos e é arquivado entre os demais documentos, chegando até mim nessa pesquisa. Há aqui mais uma disputa pelo homena-

geado ou uma pequena demonstração de autonomia institucional da Câmara perante o gabinete do Prefeito? Ou melhor, teria o Vereador Raymundo Asfora também se valido estrategicamente da homenagem por interesse partidário? Talvez, no mínimo, isso possa sugerir o poder de uma assinatura, do carimbo e da autoria nessa instituição onde imperam as simbologias da escrita jurídica e a paternidade legislativa. Nesse ponto, julgo importante destacar, a grosso modo, como o poder atua circulando entre os sujeitos, perpassando suas trajetórias individuais, o que contrapõe e desmistifica uma visão universal do poder do Estado. Por isso, como aponta Foucault (2008)²⁹ sobre a Governamentalização tática do governo, o poder não é uma coisa que um grupo possui ou detém e sim algo que circula entre as pessoas. A partir disso e, ligando-se pontos múltiplos e complexos, desenha-se um certo funcionamento do Estado enquanto uma tecnologia de poder, tramas que nos indicam como se dá a própria concepção e produção do que será considerado elemento patrimonial, histórico e cultural em Campina Grande, afinal bustos e estátuas vão compor a própria materialidade arquitetônica e urbanística das praças em que são monumentalizadas, produzindo sentidos sobre a cidade e se pretendendo apropriadas, segundo suas narrativas oficiais, pelas próximas gerações. Nas Figuras 06 e 07 a seguir, estão registrados os momentos de inauguração da praça e do busto confeccionado:



Inauguração da Praça Félix Araújo, em 1957, durante a segunda gestão de Elpídio de Almeida, como prefeito de Campina Grande. Podem ser vistas na foto, entre outras pessoas, o dr. Elpídio e d. Adalgisa Almeida; o vereador Euclides Ribeiro e sua esposa Ilza; Maria Félix, Tamar e Félixinho.

Figura 06 - Inauguração da Praça Félix Araújo. Fonte: SYLVESTRE, 1982, p. 361



*Busto de Félix.
Praça Félix Araújo, Campina Grande.
(Originalmente Félix estava
de óculos. Foram subtraídos
por algum marginal!)*

Figura 07 - Inauguração da Praça Félix Araújo. Fonte: SYLVESTRE, 1982, p. 361

[29]. FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Em 2019, visitei pela primeira vez tal praça que fica localizada nas margens do Centro de Campina Grande, na região que faz divisa com o bairro Monte Santo, em um local significativamente distante da parte central da cidade. Para minha surpresa, encontrei uma praça arborizada com piso em mosaico português, pouca iluminação e pouco movimento. Não havia nenhum sinal de monumento e não se sabe ao certo desde quando o busto simplesmente sumiu da praça. Onde está o busto de Félix Araújo?

Produzido em dada configuração histórica e a partir de uma “trama das ações representadas”, o busto nos diz mais sobre os sujeitos produtores do que sobre o sujeito produzido no interior de seus discursos. A trajetória de vida do homenageado repousa em uma linha tênue, confrontando, em certa medida, com um poder pedagógico que pretende produzir e representar sujeitos que existem dentro de um regime próprio de objetivação, que privilegia a ordem social e a moral instituída pelo grupo.

Veja que a Figura 07 acima contém um comentário de Sylvestre (1982) sobre a subtração dos óculos que originalmente o busto suportava: caberia aqui a hipótese de que o busto tenha sido paulatinamente saqueado? Afinal, o bronze é um material de valor comercial que pode ser facilmente fundido e revendido. No entanto, de forma mais ousada, pensemos ainda em outra hipótese: teria a referida monumentalização desaparecido por um estratégico descuido da administração pública? Afinal, vimos que o homenageado já havia representado um grupo enfaticamente perseguido diante de um imaginário anticomunista investido na região desde o Governo varguista. Sobre a ditadura que de fato aos poucos se aproximava, seriam sombrios os seus anos, e se ela

ecoou em sumiços de corpos vivos de carne e osso que a contrariavam, quem dirá esculturas de bronze?³⁰

[30]. Em 2022 o busto que se encontrava desaparecido foi encontrado pela família do homenageado que, sem informar detalhes de como se deu essa recuperação, entregou o busto ao Instituto Histórico de Campina Grande. O instituto decidiu entregá-lo à Câmara Municipal de Campina Grande, onde o busto foi inaugurado em 15 de agosto do mesmo ano no jardim de entrada.

A NARRATIVA BIOGRÁFICA: UMA NOVA FORMA DE MONUMENTALIZAR

Nos Capítulos I e II, vimos que em Campina Grande foram produzidos uma série de Projetos de Lei escritos, entre 1956 e 1961, que tratavam de homenagens a sujeitos de trajetórias de vidas complexas, controversas e emblemáticas. Os documentos que versavam sobre a homenagem a Leonel Brizola e Félix Araújo, (suprime-se aqui o documento sobre a homenagem a JK que não foi encontrado) eram breves e objetivos, contendo apenas duas páginas, a primeira com a ementa do projeto, o nome do homenageado e a autorização para o emprego de despesas, a segunda com carimbos e assinaturas do parecer da comissão de justiça. Neste Capítulo, veremos que há uma perceptível emergência de uma nova prática de produção de Projetos de Lei escritos a partir de 1963, com destaque para o ano de 1964, afinal foram cinco projetos fabricados só entre janeiro e março daquele ano. Refiro-me ao notável acréscimo de um elemento totalmente novo: a biografia do homenageado escrita pelos próprios autores ou relatores das homenagens. Há nessas biografias uma série de discursos que fazem parte de uma peculiar pedagogia das monumentalizações. Esses discursos são escolhas que se repetem, revelando que em Campina Grande, entre 1963 e 1964, a cristalização do sujeito em bronze é majoritariamente uma operação que deseja produzir sujeitos lineares, coerentes, estáveis tal qual supos-

tamente seriam bustos e estátuas. Destaca-se aqui o movimento de objetivação dos sujeitos, encapsulando-os em determinadas categorias consideradas ideais para os códigos morais e sociais dominantes da época. Para isso, definem-se papéis como o de “pai exemplar”, no contexto da família tradicional, e há uma excessiva valorização do trabalho, fazendo emergir as práticas discursivas divisórias ou disciplinares. Partindo do pressuposto de que a produção discursiva em memoriais privilegia os valores estabelecidos pelos grupos que os produzem, veremos que os Projetos de Lei escritos, entre 1963 e 1964, estão fortemente associados a valores hegemônicos como a família tradicional, a ordem e o trabalho, sempre transpassados por ideais de masculinidade. Nesse contexto, a cultura política local se revela através de uma escrita biográfica estritamente masculina perpassada por tramas que, se não têm como elemento central a produção e manifestação de subjetividades masculinas, são no mínimo atravessadas por estas. Nas vésperas do Golpe de 1964, mais precisamente em 19 de março daquele ano, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu setores conservadores da sociedade representados pelo clero, empresariados e políticos diversos em oposição ao governo de João Goulart e a proposta das reformas de base, anunciaria que o país estava a poucos dias de embarcar em uma nefasta ditadura que, com bastante insucesso, buscava se camuflar por trás dos seus discursos de moralidade.

Os bustos de Major Lino Gomes e Hortênsio Ribeiro: a concretização da biografia

(...) Oficina de ilustres varões,
 Canaã de leais forasteiros,
 És memória de índios valentes.
 E singelos e alegres tropeiros!
 Tua glória revive, Campina,
 Na imagem dos homens audazes,
 Aguerridos heróis de legendas
 Que marcaram as tuas fronteiras!

Hino oficial de Campina Grande (Fernando Silveira, 1975)

Na tentativa de dar continuidade à minha jornada na busca por entender as motivações pelas quais fui fabricado em uma tal Câmara de Vereadores de Campina Grande, gostaria de falar um pouco sobre os anos precedentes, especificamente 1963 e 1964. Anos agitados na política em âmbito nacional, e embora na esfera local as repercussões não tenham sido imediatas nem tão evidentes, somente entre dezembro de 1963 e março de 1964, pouco antes do Golpe Civil-militar, fui gestado seis vezes com diferentes nomes em Campina Grande.

Meus corpos eram diferentes em cada monumentalização, mas me parece que carregavam desejos em comum, marcas e idealizações de um movimento reacionário das elites políticas conservadoras da cidade, um movimento que nascia do desejo de reagir às mudanças trazidas pelos anos de redemocratização pós governo de Getúlio Vargas, de 1945 a 1964, período em que a elite campinense viu a política ser minada por representantes oriundos de outros grupos sociais que não o dos latifundiários e grandes comerciantes da região. Como aponta Sylvestre (1982, p.157), a partir da década de 1950, pela primeira vez, em anos de regularidades nos pleitos eleitorais, representantes da classe estudantil, líderes populares e profissionais liberais começam a ter espaço no legislativo campinense ligando sinal de alerta para classe conservadora.

Nesse contexto, entende-se por conservadorismo³¹ um movimento de aversão às mudanças que punham em risco uma consolidada estrutura social de privilégios. A elite chora a morte dos engenhos tal qual Gilberto Freyre (1959)³². Dmitri Sobreira (2018) explica muito bem como na década de 1960 a Paraíba ainda era um Estado predominantemente rural com alta concentração de terras sob posse de uma pequena elite agrária, herdeiros do sistema colonial brasileiro. Com efeito, cabe a essa elite “se agarrarem às tradições de uma sociedade de onde seus avós dominaram e foram poderosos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 135)³³.

É nesse cenário de novidades, no palco político campinense, em contradição às famílias tradicionais locais e seus revezamen-

tos no poder, que os saberes e fazeres da pedagogia da monumentalização irão repercutir em novas gestações. Tomando cuidado para não ocultar as diferenças, as incoerências sobre os quais não seremos capazes de prever, aqui o grupo se manifesta para afirmação de uma identidade política que está se esfacelando, a identidade do homem pecuarista em conflito com o bacharel, do tradicional face a face com o moderno.

Ao encaminhar seus filhos para a formação acadêmica em Direito, a elite antiga vai produzindo sujeitos marcados e cindidos pelos dois mundos: o engenho e a faculdade, montando esquemas híbridos de mentalidades arcaicas com técnicas modernas de dominação e justificação do poder. Na tentativa de resistir às mudanças, a elite política campinense vai reunir esforços para se encaixar no moderno a partir do emprego do excesso de apetrechamentos, uma maquiagem para introjetar a imagem de progresso, tão em voga nos anos 1950, e poderem dela se valer.

Alarcon Agra do Ó (2006)³⁴ escreve sobre como no final da década de 1950 havia na cidade um forte discurso dominante que circulava, sobretudo, pela mídia local cujo objetivo era produzir uma imagética de cidade moderna que interessava à elite comercial e industrial. Para se ter uma ideia de como o discurso modernizante estava em seu auge, em 1959, pela primeira vez na cidade, houve a formalização de programas administrativos modernizantes propostos por candidatos à prefeitura através de documentos escritos e documentados.

Em contrapartida, às transformações pelas quais a cidade passava, seja quanto à realidade física ou à sua idealização, por entre as entrelinhas dos Projetos de Lei citados neste capítulo, os

[31]. SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. Partido Político, Conservadorismo e Ditadura Militar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba (1964-1968). *Saeculum Revista de História*. V. 39, nº 39. p. 133-148, 2018.

[32]. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

[33]. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

[34]. AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

sujeitos deixaram escapar os seus desejos de resistirem, deixaram submergir as tramas dos resgates de valores positivos da família tradicional, da ordem e do trabalho, sempre transpassados pelos ideais de masculinidade. Nesse contexto em que, até mesmo, “o bacharelismo era mais uma forma de desvirilização” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 57), nas palavras citadas na epígrafe deste tópico, partindo de uma escrita explicitamente masculina, o hino de Campina Grande, “oficina de ilustres varões”, também haveria de “expressar os falares dos homens, suas falas e seus falos”. Veremos que há nas tramas das monumentalizações, entre 1963 e 1964, não só a intenção de preservar os valores tradicionais que beneficiam uma seleta elite campinense, mas também de se resguardar o lugar onde supostamente a elite agrária ainda não havia sido tocada pela elite urbana, onde o macho ainda não havia sido tocado pelo feminino revelando assim as suas fissuras.

Dia 16 de dezembro de 1963. O vereador João Nogueira de Arruda do PSD que, conforme conta a vereadora Maria Lopes Barbosa (1988)³⁵, ficou conhecido por ser o criador de um dos mais fortes símbolos positivos da cidade: a Bandeira de Campina Grande, como também ser conhecido como forte aliado de um dos políticos mais conhecidos da elite agrária campinense, o latifundiário Argemiro de Figueiredo, escreveu o Projeto de Lei nº 150 que tinha como propositura homenagear o campinense Major Lino Gomes da Silva (1864-1924) em um busto de bronze na Praça do Trabalho. Esse projeto marca o início de uma nova forma de monumentalizar, sobretudo, porque diferente dos curtos projetos de anos anteriores, possui nada menos que nove páginas com

[35]. Projeto de Lei 004/98. Faz denominação de rua João Nogueira de Arruda e dá outras providências. Câmara Municipal de Campina Grande. 1998. Disponível em: < https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/1998/41116/plo_004-1998.pdf > Acesso em 15 de abril de 2022.

uma longa biografia do sujeito a ser homenageado introduzida pela palavra “justificativa”. Essa biografia nos fornecerá elementos fundamentais para escarpelarmos as condições que tornaram possíveis esses novos desejos de monumentalizar que tiveram início em dezembro de 1963.

Inaugurando uma nova cultura pedagógica de monumentalização, João Nogueira de Arruda começa o Projeto de Lei com as seguintes palavras: *as civilizações mais antigas que se conhece através da história, foram todas elas perpetuadas com os monumentos que expressavam o gosto ou a estética das referidas civilizações, bem como pela exaltação aos seus heróis e sábios. O legado deixado pelos gregos e romanos, teve nos monumentos aos seus deuses e aos seus heróis a expressão mais viva do poder criador daqueles antepassados. A homenagem a Lino Gomes, se não é uma atitude helênica, significa, pelo menos, uma homenagem digna daquela grande civilização mediterrânea.*

Essa introdução parece resgatar o próprio conceito de monumento das civilizações antigas concatenando-o às novas práticas de monumentalizar em Campina Grande. Seria essa passagem uma resposta pedagógica em reação às monumentalizações anteriores? Afinal, desse momento em diante veremos uma série de Projetos que terão no cerne das biografias o desejo de exaltação “helênica”, heroicizante ou até mesmo, como se vê, apoteótica a personalidades da elite política conservadora veementemente contrária às reformas sociais defendidas por seus adversários e que terão em comum, e jamais por acaso, a questão de terem, em sua maioria, nascido em Campina Grande, contrastando com todas as homenagens de anos anteriores tratadas nos Capítulos I e II.

Na narrativa biográfica do Major Lino Gomes, encontramos elementos que denunciam o caráter conservador pela própria escrita. Seguindo uma ilusória trajetória linear de vida, inicia-se

com o nascimento e a genealogia tradicional do homenageado: filho legítimo de Joaquim Gomes Chaves, e d. Raquel Maria da Conceição, ambos descendentes dos primeiros povoadores de Campina Grande – Teodósio de Oliveira Ledo. A referência ao tronco familiar nobre traz a memória do colonizador, o capitão-mor, Teodósio de Oliveira Ledo, que entre outros feitos travou violentas batalhas devido à resistência indígena no agreste e sertão do Estado, entre os séculos XVII e XVIII, e que ficou conhecido na narrativa oficial e excludente como próprio fundador da cidade, posto que lhe rendeu diversas homenagens como o monumento construído na praça Clementino Procópio (Figura 08), inaugurado em 14 de dezembro de 1947. Originalmente o monumento continha uma cruz lusitana acima da placa com o nome do homenageado, mas esta parece ter sido furtada.



Figura 08 - Monumento em homenagem a Teodósio de Oliveira Ledo.
Fonte: a autora (2022)



Figura 09 - Mural de frases por trás do monumento a Teodósio de Oliveira Ledo
Fonte: a autora (2022)

Ao fotografar o monumento a Teodósio de Oliveira Ledo, me deparei com uma espécie de mural (Figura 09) com um compila- do de frases de ex-políticos e cronistas, muitos dos quais citados nesse trabalho. Percebo que na imagética de seus discursos os sujeitos se declaram para Campina Grande, substantivo feminino, a Rainha da Borborema. Ronaldo Cunha Lima escreveu: Campina, as tuas ruas são os meus caminhos por onde quer que eu ande eles me conduzirão a ti. O cronista Francisco Maria escreve: Cidade menina, menina rainha, rainha que reina. Crescendo, crescendo num solo bendito, de sol e de sonhos, de clima ameno em noites macias. No frio tão puro das madrugadas tão lindas, assim és ainda menina tão bela, rainha tão pura, Campina, Campina. O próprio Major Lino Gomes da Silva também deixou a sua contri- buição: Quem viveu e não gozou uma tarde aqui na serra não diga que veio à terra nem que na terra passou.

No meio fio abaixo do mural, um grafite do olho que espia. Noto que as frases tentam resistir aos longos rabiscos pichados em preto. Como se anunciasse uma espécie de manifestação, as pichações aparecem como elementos que escapam ao discurso gravado no mural, que reagem às prescrições postas pelos dizeres de outros grupos. Sendo, muitas vezes, classificadas como vandalismo, as pichações são assim denominadas porque fogem à ordem da permanência, da preservação, da perpetuação da memória cristalizada. Etimologicamente, vândalos eram povos considerados bárbaros pelo Império Romano por serem responsáveis pela destruição de monumentos, tais como bustos e estátuas, por exemplo.

Na legislação contemporânea, a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que trata de crimes ambientais, torna crime, a partir do artigo 65, “pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano”. A imagem do mural pichado indica outros usos, outros significados. Não sei ao certo sobre o que tratam tais pichações, mas sugerem nova demarcação territorial, novas apropriações que escapam à idealizada pelos construtores.

Tendo como ponto de partida a genealogia do sujeito, a narrativa biográfica escrita em dezembro de 1963 segue obstinada a servir à manutenção de instituições tradicionais pela prerrogativa da ordem moral. Depois de explorar a temática da família tradicional, o segundo elemento que aparece está associado à valorização do trabalho. Na narrativa, o Major Lino Gomes ascende à elite comerciante da cidade, chegando a ser precursor da Associação Comercial de Campina Grande. Eleito conselheiro municipal, tinha seu comércio funcionando no prédio cedido pelo coronel Cristiano Lauritzen, de quem Lino Gomes tornou amigo e correligionário. O dinamarquês Coronel Cristiano Lauritzen (1847-1923), conhecido pelo seu próspero comércio de joias, foi

prefeito de Campina Grande, entre 1904 e 1923, no mandato mais longo da história da cidade.

Lino Gomes da Silva foi nomeado em 1889 para o posto de Capitão Cirurgião do 18. Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Campina Grande. A escrita compõe não só a idealização do sujeito materializado em bronze, mas a subjetividade do próprio sujeito que o produz. O autor do Projeto de Lei parece reconhecer seu lugar identitário na política local sendo agente de uma pedagogia de produção e de apagamento da memória, elegendo, portanto, uma identidade política cristalizada que se propõe digna de se monumentalizar a partir de então.

Há ainda outro personagem que foi esculpido em bronze, ou deve ter sido, em fevereiro de 1964: Hortêncio de Souza Ribeiro. Liberato Bittencourt (1914) escreveu sua biografia na obra *Homens do Brasil*: “Nasceu em Campina Grande em 31 de janeiro de 1885. Fazendo muito cedo os preparatórios no Liceu Paraibano, matriculou-se na academia de Direito do Recife, atacado de grave enfermidade voltou ao lar paterno” (*Diário da Borborema*, 1963, p.2). Foi somente no Rio de Janeiro, após investir em tratamento para asma, que conseguiu finalizar o bacharelado em Direito. Fundador da “*Gazeta do Sertão*”, jornal “que disseminou ideias progressistas como a da autonomia dos municípios, descentralização do poder, a defesa dos direitos humanos e o abolicionismo da escravatura”³⁶ no final do século XIX. Foi professor de História em diversos educandários da Paraíba e costumava escrever crônicas publicadas nos principais periódicos do Estado.

O Projeto de Lei nº 53, de 14 de fevereiro de 1964, tem como relator o vereador Argemiro de Figueiredo Filho, o que pode sugerir que Argemiro de Figueiredo esteve envolvido com as “ereções”

[36]. ARAÚJO, Fátima. Paraíba: Imprensa e vida. Campina Grande: Grafset, 1986, 82

investidas naquele ano, sobretudo na ênfase a personalidades campinenses, em reação à maioria das homenagens anteriores a 1964. O busto, que tinha como local de inauguração a praça Rotary, às margens do Açude Velho, tinha como justificativa escrita pelo relator: *Hortêncio Ribeiro era bem o símbolo do nosso padrão maior de honestidade, inteligência e capacidade criadora da terra comum (...) Encaminhou muitos jovens para os caminhos retos que palmilhara anteriormente, sempre aconselhando-os à vida sensata dignificadora dos feitos de todos os homens.* No trecho, considera-se existir uma idealização sobre quais caminhos morais deveriam ser trilhados pela juventude. Essa busca pela construção e cristalização de uma identidade sólida e exemplar para as futuras gerações, supondo existirem caminhos retos, insuscetíveis a variações, a rompimentos ou a incoerências, faz parte de uma operação que, ironicamente, acontece “em um movimento browniano que tece e compõe o fundo do quadro”³⁷. Estes possuem protocolos específicos, circuitos próprios de funcionamento, operações que possuem em seu cerne a trama das ações representadas.

Ao investir em um discurso que está na contramão de uma história difusa, que rompe com o papel do herói diante do poder, o relator complementa: homem simples, culto, inteligência brilhante e orador fluente (...) sempre foi homem de vida pacata; exemplar chefe de família e grande admirador dos livros (...) e é pela dignidade e pelo caráter dos homens que lhes fazemos justiça.

Quanto aos bustos de Lino Gomes da Silva e de Hortêncio de Souza Ribeiro, não mais os encontramos, como também não foram encontradas imagens que revelem terem sido de fato postos

[37]. CERTEAU, Michel de. História e psicanálise: entre ciência e ficção. 2ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 125.

em praça pública. Algumas hipóteses podem ser a quantidade de Projetos de Lei propostos entre o final de 1963 e início de 1964. Só no caso do busto de Lino Gomes da Silva, as despesas custariam em torno de CR\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) na época, o que convertendo para os dias de hoje³⁸ seria equivalente a R\$ 29.584,57. Se somássemos todos os monumentos, entre bustos e estátuas, propostos naqueles anos o valor chegaria a cerca de CR\$5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), o que equivale a R\$ 307.188,61 nos dias atuais. Não se exime aqui também a hipótese de desvio de verbas, já que os projetos foram de fato aprovados. Para além disso, vale salientar que cabia aos chefes do executivo abrirem créditos especiais para correrem com as despesas da fabricação e a Prefeitura passava por um momento de transição devido as eleições de novembro de 1963.

Naquele período, os bastidores da trama política local estavam a todo vapor. O prefeito Severino Bezerra Cabral do PSD, proprietário de fábrica de tecelagem e comerciante no ramo do algodão e automóveis, não seria reeleito, dando lugar ao empresário e jurista Newton Vieira Rique pelo PTB, este, nos primeiros sopros da ditadura na cidade, seria oficialmente deposto através de um telegrama enviado à Câmara de Vereadores de Campina Grande pelo Coronel Otávio Ferreira de Queiroz.

Todos na cidade sabiam que o prefeito era oriundo de uma família riquíssima que além de uma fábrica de beneficiamento de algodão que funcionava na cidade desde 1925 era também proprietário do Banco Industrial de Campina Grande, sendo,

[38]. Dados calculados com base na atualização de valores da Fundação de Economia e Estatística – FEE através do Índice Geral de Preços – disponibilidade interna calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/#>. Acesso em 1 de maio de 2022.

portanto, filho de um dos maiores banqueiros do Nordeste, o que era, pelo menos pela lógica formal, incompatível com o comunismo do qual foi acusado.” (SOUZA, 2021, p.224-225)

Encontrei no depósito de arquivos da Câmara de Vereadores um livro de atas que contém a décima terceira sessão extraordinária do dia 15 de junho de 1964. O trecho da ata revela com bastante clareza como os agentes da ditadura agiram nos bastidores da política na cidade. Os golpistas tinham, como primeira preocupação, o expurgo dos indesejados, decidindo deliberadamente quem deveria exercer o mandato, ou melhor, compondo a cena com as escolhas mais convenientes aos seus interesses. Direcionado ao Presidente da Câmara Municipal, João Jerônimo da Costa do PTB, dizia o telegrama:

Considerando que o prefeito Newton Rique teve seu mandato cassado, considerando que o vice-prefeito Williams de Sousa Arruda pertence ao PSB – Partido Socialista Brasileiro, partido que abriga todos os comunistas dessa cidade, considerando referido vice-prefeito eleito pela chapa Newton Rique por imposição de elementos do ex-PCB local, considerando que tal elemento foi um dos signatários manifesto pró Cuba, consulto Vossa Excelência como proceder adiante que salvo melhor juízo, elemento indicado para assumir a PMCG deverá ser atual presidente da Câmara de Vereadores João Jerônimo da Costa, elemento íntegro bem conceituado nesta cidade face premência. Encareço Vossa Excelência resposta urgentíssima.

O Partido Socialista Brasileiro – PSB que, supostamente, nas palavras do Coronel Queiroz, abrigaria “todos os comunistas dessa cidade”, era de centro-esquerda e tinha em seu planejamento o apoio à reforma de base proposta por João Goulart. O partido foi extinto pelo Ato Institucional N° 2. Na sessão em que foi lido o telegrama, foi criada a Resolução n° 20/1964 que declarou vagos

os cargos de Prefeito e vice no prazo máximo de 24 horas depois da aprovação da resolução. A ata supracitada revela como havia uma clara operação para cassar os políticos que convinha, sob o pretexto de que estavam envolvidos com a ideologia comunista, mesmo que nenhum deles tenha dado efetivo sinal disso, afinal faziam parte de uma seleta elite empresarial e comerciante da cidade.

As intervenções não se restringiam aos meios políticos. Nos primeiros meses da ditadura, outra instituição foi fortemente visada pela repressão. Refiro-me às universidades, principalmente devido ao perfil de militância estudantil, muitos dos quais figuraram significativa quantidade de presos. Rodrigo Motta (2014)³⁹ mostra como as reformas implantadas pelo regime mudaram a face do sistema de ensino superior brasileiro, com o advento de um projeto modernizador-autoritário em um movimento paradoxal que aliou modernização e conservação. O projeto tinha como principal objetivo aplacar o ativismo dos Centros Estudantis. Em Campina Grande aconteceu o seguinte:

A partir de abril de 1964, aconteceu de tudo com o valoroso Centro Estudantil Campinense: cassação de mandatos; intervenção, com a nomeação de estudantes ligados ao esquema militar vitorioso; limitação de direitos e prerrogativas; prisão e interrogatório de líderes estudantis; fechamento da entidade com o desaparecimento de todos os arquivos, levados quando da invasão da sede social. (SYLVESTRE, 2013, p.54)

[39]. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o Regime Militar. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

As invasões aos centros estudantis repercutiram em todo o país. “Procurando livrar-se de “provas” de qualquer inclinação esquerdista, outra cautela adotada era queimar documentos e ocultar livros, sobretudo, os de orientação marxista” (MOTTA, 2014, p. 23). Em Campina Grande, após as cassações no palco político, os golpistas encontraram apoio em grupos locais que trabalhavam em favor da ditadura quando era oportuno aos seus interesses. A própria Câmara Municipal de Campina Grande - CMCG - emitiu declarações em apoio ao golpe. Na Ata da 32ª, sessão ordinária da CMCG, realizada no dia 03 de abril de 1964, o vereador Gumercindo Barbosa Dunda, do Partido Social progressista – PSP- declarou:

Que seja dirigido telegrama aos governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda e ainda aos Generais Justino Alves, Castelo Branco, Mourão Filho e Amauri Kruel, pela atitude tomada em defesa e segurança da democracia brasileira.

O vereador Gumercindo Dunda, proprietário rural que iniciou sua carreira política sendo eleito pela UDN em 1947, possuía “íntimas vinculações com o voto de cabresto da zona rural” (SYLVESTRE, 1982, p.157). Em algum momento, sobre o qual não consegui identificar nas pesquisas feitas, foi inaugurado um busto no Distrito de Galante em homenagem ao vereador, o que sugere que era no distrito que se localizava sua propriedade rural. Embora a placa de inauguração indique que a homenagem possa ter sido feita em 2016 (Figura 10), na gestão do Prefeito Romero Rodrigues, em imagens de satélite, é possível ver que o busto já existia em 2012. Portanto, a placa de inauguração se refere a uma reforma da praça, e não ao monumento.



Figura 10 - Busto do vereador Gumercindo Dunda no Distrito de Galante. Fonte: a autora (2022)

Os golpistas também encontraram apoio no Governo do Estado da Paraíba. Na mesma sessão em que Gumercindo Dunda declara seu apreço pela intervenção dos militares, o Vereador João Nogueira de Arruda, do Partido Socialista Brasileiro – PSB- teceu elogios ao governador Pedro Moreno Gondim “pela sua firme decisão em defesa dos postulados democráticos de nossa terra, quando estava em jogo os direitos assegurados pela nossa Carta Magna”. Railane de Araújo (2009)⁴⁰ explica como houve uma “mudança de postura de Pedro Gondim, se distanciando do ideário de

[40]. ARAÚJO, Railane Martins de. O Governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-1965). Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em História, UFPB. João Pessoa, 2009.

reformas, anteriormente por ele militado, e se aproximando da estruturação do Estado de Segurança Nacional, projetado pelos militares” (ARAÚJO, 2009, p.23).

Não obstante, Pedro Gondim, cujo genro fora Antônio Vital do Rêgo, correligionário do udenista Argemiro de Figueiredo, também foi matéria de homenagem pela Câmara Municipal de Campina Grande. Trata-se do Projeto de Lei nº 59, de fevereiro de 1964, proposto pelo vereador Pedro Cordeiro de Sá, do Partido Social Democrático – PSD - que propunha homenagear o governador na Praça Clementino Procópio com uma estátua de corpo inteiro. Também não se sabe ao certo se a estátua foi de fato confeccionada, já que não a encontramos na referida praça. O Projeto de Lei é o único que foi produzido, em 1964, e que contém apenas uma simples página escrita, sem apelo para uma justificativa em forma de biografia do homenageado. Foram muitas as declarações feitas por membros da Câmara Municipal de Campina Grande, ao longo dos anos, em apoio à suposta “Revolução de 1964”. Por exemplo, em março 31 de março de 1971 houve uma reunião extraordinária para comemoração dos sete anos da “Revolução,” em homenagem ao ditador em exercício, “General Emílio Garrastazu Médici, com a aposição de um retrato dele na galeria da casa” (LIMA, 2016, p.101)⁴¹. A Casa voltou a tecer homenagens, em 1973, contando inclusive com a presença do Major Antônio Paulo Câmara que, entre outras coisas, declarou: “Democracia não é só liberdade, mas, liberdade com responsabilidade, diferente daquela democracia de há anos atrás, que era feita de bagunça, com baderna, com irresponsabilidade, com desmoralização”⁴². Aliás, o

[41]. LIMA, Luciano Mendonça de. Um Golpe de Classe! A ditadura militar em Campina Grande. In: Poder, memória e resistência: 50 anos do Golpe de 1964 e outros ensaios. Tiago Bernardon de Oliveira, José Luciano de Queiroz Aires, Vânia Cristina da Silva, organizadores. – João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016. 374p

[42]. Ata da Sessão especial comemorativa ao nono ano da Revolução de 31 de março de 1964, realizada em 29 de março de 1973. CMCG

Regime Militar encontrou força em outro ponto de apoio não menos importante, mas até mesmo fundamental: a mídia. Nessa questão, destaca-se o Paraibano nascido em Umbuzeiro, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, que construiu um verdadeiro império jornalístico, tendo criado e dirigido a maior cadeia de imprensa do país: os diários associados. Nesse contexto, destaca-se, a nível local, o Diário da Borborema, que passa a assumir, a partir de 1964, uma filiação muito mais clara com os propósitos da ditadura. “Nos dizeres de Assis Chateaubriand, Todo poder ao Glorioso Exército do Brasil” (AGUIAR, 2014, p.59). Foi inclusive com o apoio do Diário da Borborema que a população local foi convocada a participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Para o diário, o golpe civil-militar foi a defesa da lei e da ordem e representou a salvação do Brasil diante do perigo comunista. Não obstante, Assis Chateaubriand também recebeu homenagem em busto de bronze em Campina Grande (Figura 11), oficializado pelo Projeto de Lei nº 73 de 1973, ainda no Regime Militar, proposto pelo Interventor Federal Evaldo Cavalcanti Cruz.



Figura 11 - Busto de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello em frente à Secretaria de Cultura de Campina Grande. Fonte: a autora (2022)

O busto repousa sobre um bloco de concreto em frente onde atualmente funciona a Secretaria de Cultura de Campina Grande, repousando entre esta repartição e o Terminal de Integração de ônibus da cidade, inaugurado em 2008. Como outros elementos considerados patrimoniais que não foram alvo de uma Pedagogia do apagamento, este resiste ao tempo, embora desbotado, sem o mesmo brilho de outrora. As feições sérias e compenetradas do busto fundem-se com as marcas de desgaste, como se fosse uma parede pintada há muito que aos poucos vai perdendo pedaços da tinta. Curiosamente, embora a placa de inauguração indique que o busto tenha sido inaugurado em 1967, o documento encontrado na Câmara Municipal indica que foi somente em 1973 o ano de sua fabricação.

Argemiro de Figueiredo na popular “Praça dos Híppies”

Chegamos aqui a uma questão bastante intrigante dessa análise atravessada por levantamentos de hipóteses contínuas. No Capítulo I, vimos que o político Argemiro de Figueiredo, entre 1937 e 1940, ficou conhecido por ter sido o “braço direito” da ditadura varguista na Paraíba, em um período marcado pelo seu apogeu e protagonismo político como interventor no âmbito Estadual. Entre as principais marcas deixadas nesse período, destaca-se o investimento ao imaginário anticomunista. Também vimos que, em Campina Grande, ainda há uma estátua erguida em sua homenagem, oficializada pelo Projeto de Lei nº 55 de 31 de janeiro de 1964, dois meses após o Projeto em homenagem ao Major Lino Gomes da Silva ser escrito. O projeto supracitado que tornou possível a monumentalização de Argemiro de Figueiredo nos leva a pensar que ele esteve profundamente envolvido com esse movimento reacionário de resgatar valores tradicionais a partir da fabricação de novos monumentos. Lembro, portanto, que não é por acaso que a proposta de homenagear o Major Lino Gomes partiu de um vereador argemirista. “Com todas as condições para ser um líder político, pode-se afirmar, sem nenhum desdouro para ele que, além de líder, Argemiro de Figueiredo era um coronel” (SYLVESTRE, 1982, p. 71). Caberia aqui a hipótese de

que Argemiro de Figueiredo tenha sido o grande mentor das monumentalizações gestadas entre 1963 e 1964? Afinal, o tradicional udenista viu sua popularidade cair vertiginosamente nos anos de redemocratização, do período pós Vargas entre 1950 e 1960, sobretudo, na sua cidade natal, Campina Grande, onde não conseguiu mais ser eleito prefeito. Naqueles anos Campina já havia sido administrada pelos areienses Elpídio de Almeida e Plínio Lemos, entre outros políticos nascidos em outras cidades que aqui vieram fazer carreira política. Seguindo essa lógica, Argemiro de Figueiredo teria articulado a fabricação de uma estátua em sua própria homenagem, através de Projeto de Lei escrito em janeiro de 1964: *Art. 1 - fica o Prefeito Municipal autorizado a erigir um monumento na praça Clementino Procópio, no largo em frente ao edifício da Costura, para nele ser erigida uma estátua de corpo inteiro do senador Argemiro de Figueiredo.* O projeto, cujo autor foi o vereador Noilton Dantas, do PSD, presidente da Câmara àquela altura, também contém uma extensa biografia com a seguinte introdução: *a perpetuação em bronze de homens públicos que se imortalizaram pelos serviços prestados à terra natal é costume que reflete gratidão daqueles que colheram os frutos de seus devotamentos.* Não por acaso, desde a homenagem ao Major Lino Gomes passando pelas homenagens seguintes: Aluízio Afonso Campos e Hortênsio de Souza Ribeiro, com exceção apenas de Chateaubriand Bandeira de Melo e Pedro Moreno Gondim, mas com conexões que estamos vendo estar diretamente associadas à Argemiro de Figueiredo, os sujeitos possuem como terra natal Campina Grande. Esse movimento de resgatar a biografia de políticos que nasceram na cidade teria nascido não só como um projeto conservador do resgate de valores políticos tradicionais frente às ameaças provocadas pela redemocratização, mas também como uma reação às ameaças externas sob a alerta, por exemplo, das revoluções comunistas e suas repercussões, supondo estarem protegidos das tramas internacionais, dos movimentos de van-

guarda ou modernizantes que pudessem fazer tremerem as estruturas que davam base às configurações tradicionais. O projeto conta seis páginas. A biografia tecida sobre Argemiro de Figueiredo é longa e apelativa: Argemiro de Figueiredo, aqui nascido e aqui educado, cresceu com Campina Grande, para torna-la maior em todos os recantos desta Pátria querida. (...) faz jus à grande homenagem que o transportará, definitivamente, para a imortalidade, perpetuando-se no bronze em uma das principais praças públicas da sua terra natal. O trecho revela não só a ênfase a valores patriotas, mas, sobretudo, a uma espécie de função pedagógica da estátua que seria perpetuar para as futuras gerações uma determinada memória eleita pelo grupo que a forjou. Há ainda um discurso defensivo de que *poderão avocar, nesta casa ou nas comissões, a inconstitucionalidade deste projeto, todavia temos a rebatê-la o precedente aberto.* Essa inconstitucionalidade estaria relacionada com a monumentalização proposta pelo próprio grupo político do homenageado ainda em vida e a sua direta relação com a Câmara, mas justifica-se: *Em plena redemocratização, há bem poucos anos, três homenagens desse tipo foram tributadas a homens públicos em vida.* Somente em 24 de outubro de 1977, pela Lei nº 6.454, proibiu-se a denominação de monumentos públicos, logradouros ou obras com nome de pessoas vivas. Seguindo a mesma trajetória biográfica do Major Lino Gomes, quanto ao envolvimento do homenageado com a elite comercial, o texto destaca o seu protagonismo na direção do progresso: *incentivou a produção do algodão no Estado, alcançando índices fabulosos na sua época. Introduziu o sisal na Paraíba, aumentando as suas fontes de riqueza.* A biografia finaliza com a seguinte frase: *basta que diga ser ele um pai amantíssimo, exemplar e apaixonado pelos seus filhos, construindo para a posteridade uma família ilustre, que somente honra trará à Paraíba.* Etimologicamente a palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* (*patri*, pai + *monium*, recebido), um termo historicamente associado à herança paterna,

portanto, é preciso lembrar que por muito tempo o memorável esteve ligado ao universo masculino⁴³:

As denominações de bom pai, pai honrado, pai provedor, sobrepostas às evidências do que seja masculino constituem a imagem que socialmente se esperava de um homem. O masculino, o trabalho e a paternidade reforçavam-se mutuamente, garantindo e consolidando o modelo de autoridade e de poder a ser desempenhado pelos homens (MATOS, 2001, p.51).

Sujeito trabalhador, honrado, provedor e bom pai. Torna-se factível aos homens, e de forma múltipla, uma eterna vigilância para não exprimir fraquezas, fissuras, vulnerabilidades. A estes resguardam-se a rigidez como aos corpos de bronze. Nesse sentido, a ideação moral do sujeito emerge, na ditadura, no contexto em que se associava, nos discursos que circulavam sobretudo na imprensa, nas missas, nos palanques e outros espaços, a imagem de comunistas como vagabundos, ébrios e desordeiros.



Figura 12 - Estátua de Argemiro de Figueiredo. Fonte: a autora (2022)

Na margem oposta à avenida principal, a suntuosa estátua de bronze de Argemiro de Figueiredo (Figura 12) ainda habita a Praça Clementino Procópio. Ao seu lado uma placa com os dizeres: *Campina Grande pode confiar no amor imenso que lhe devoto. Pode ficar de pé ao meu lado, porque eu peço a Deus que me extinga a vida quando a desgraça esfriar-me m'alma a paixão ardente de servi-la.* Argemiro se declara para Campina, subordinando-a aos seus desejos, dela se tornando amante. Seus pés fixos entreabertos sobre uma placa de metal indicam uma postura firme, estática. Seus gestos supõem exatamente aquilo que sua trajetória política sugere. A posição do braço esquerdo, alinhado ao corpo, exhibe o punho cerrado simbolizando a sua força. Seu braço direito permanece elevado, impositivo indicando a sua filiação à direita política, e congela um dedo indicador que permanece orquestrando decisões, comandando seus correligionários, supostamente indicando para qual lado a cidade haveria de crescer.

A sua posição alinha-se ao caráter conservador das monumentalizações de sujeitos fabricadas entre 1963 e 1964, contemplando em seu cerne valores tradicionais. A estátua almeja retratar “ordem e progresso” pelos detalhes, mas contrasta com a própria dinâmica da praça que possui mais movimento em suas calçadas laterais que em seu interior, já que é considerada por muitos como um local “perigoso”. Nela há um coreto, um pequeno pavilhão de concreto que costuma servir de abrigo a moradores de rua (Figura 13).

[43]. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 150



Figura 13 - Coreto da Praça Clementino Procópio. Fonte: a autora (2022)

Aos visitantes outro detalhe chama atenção: a permanente venda de trabalhos artesanais fabricados por um grupo específico que tem dado novo nome, um nome popular ao local, uma denominação que nasce do espaço praticado e, portanto, espontaneamente batizado; “Praça dos hippies”. Sob o estigma da ociosidade, da desordem, da rebeldia, esses hippies não vivem à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancham e deslocam com sutileza. Eles nascem do desejo de subverter a ordem dominante: “O fato de mudarem de nomes (todo poder é toponímico e instaura a sua ordem de lugares dando nomes) nada tira a essa força múltipla, insidiosa, móvel” (Certeau, 2007, p. 216).

Como se vê na Figura 14 a seguir, os hippies se revezam ocupando diariamente a calçada do lado oposto à estátua de Argemiro de Figueiredo, nas margens da avenida principal que atravessa toda a cidade. Ora em maior número, principalmente nos finais de semana, ora em menor número em dias considerados mais

ordinários. Confeccionam peças para vender como pulseiras, colares, anéis, brincos e piercings. Fazem tatuagens de henna, tiram longos cochilos, bebem, em suma, ocupam o lugar aos seus modos de ser e estar no espaço e no tempo.



Figura 14 - Vista da “Praça dos Hippies,” pelo lado oposto à estátua de Argemiro de Figueiredo. Fonte: a autora (2022)

Ao atravessar a praça percebo a estátua solitária na margem oposta aos vendedores, um corpo estático que permanece em pé sob a sombra da copa das árvores que dia e noite cobre a passagem da luz. Nessa perspectiva, penso: o poder é uma trama sobre a qual algumas coisas escapam. Devolvo a pergunta feita pela estátua que aqui também narra e com o qual dialogo sobre ser imortal ao vir ao mundo: teria a promessa se cumprido?

“Dois monumentos de dois homens que em vida tudo fizeram para o engrandecimento da nossa terra”

Na Praça da Bandeira, que junto à popular “Praça dos Híppies” formam as mais centrais da cidade, portanto, talvez as mais disputadas em termos de marcação simbólica territorial, vimos que já houve a existência de um busto de José Américo de Almeida que foi retirado, em 1958, para dar lugar à estátua de Juscelino Kubitschek, cujo bronze já não mais brilha, mas permanece em seu local de inauguração. Discorreremos agora sobre um Projeto de Lei escrito em 03 de fevereiro de 1964 sobre a “ereção” de um busto e uma estátua. Se nenhuma monumentalização tivesse sido retirada da Praça da Bandeira, ao longo dos anos, hoje encontraríamos no mínimo quatro delas compondo o espaço. Por algum motivo, que vimos ser difícil de decifrar, nenhum dos dois monumentos tratados nesse tópico estão na referida praça nos dias de hoje, inclusive podem nunca terem a habitado. Trata-se do Projeto de Lei nº 54, sendo os homenageados dois políticos representantes da elite campinense: Aluizio Afonso Campos e o intrigante Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, esculpidos em um busto e uma estátua de bronze, respectivamente.

Seguindo o projeto conservador de monumentalização de “ilustres campinenses”, o vereador autor do referido Projeto de Lei

é Raimundo Montenegro, do Partido Republicano Progressista – PRP, primo de um dos homenageados, Aluizio Afonso Campos, e fazendeiro nascido em Campina Grande, mas com posse de terras em Cabaceiras-PB⁴⁴. O relator da justificativa, no entanto, não é o autor do Projeto, mas o vereador Argemiro de Figueiredo Filho do PTB, indiciando mais uma vez o provável envolvimento de Argemiro de Figueiredo nesse movimento: *Louvo a iniciativa do nobre Vereador Raimundo Montenegro, autor desse projeto, que manda erigir em praça pública dois monumentos de dois homens que em vida tudo fizeram para o engrandecimento da nossa terra*. Em 1964, Aluizio Afonso Campos era talvez o integrante da elite campinense de mais posses. Até aquele ano o bacharel em Direito pela Faculdade de Recife já havia sido Deputado Estadual pelo Partido Progressista (PP) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), administrador de empresa e pecuarista, detentor de vastas propriedades de terras na Paraíba e outros Estados. Como explica Josemir Camilo de Melo (2014)⁴⁵ o próprio Aluizio Campos brincava, quando indagado se era rico: “É, tenho umas terrinhas”. Escreveu Argemiro de Figueiredo Filho, como justificativa para a homenagem: *Homem de inteligência rara, deixou um passado que constitui um sinônimo de probidade e honradez (...) Agora Campina reivindica o direito de immortaliza-lo no bronze. Os poderes Legislativos e Executivos farão com que Campina glorifique um dos maiores dos seus filhos ilustres*. Na publicação feita em 6 de julho de 1963, pelo Diário da Borborema, por ocasião da comemoração do centenário da cidade, exibem-se parte do livro de Liberato Bittencourt, volume II, sobre “Homens do Brasil”, edição de 1914:

Afonso Campos, Bacharel e político. Nasceu em Campina Grande, onde é chefe político oposicio-

nista. Dotado de superior inteligência e de grande ilustração, formou-se em Direito no Recife, por onde se viu laureado. Foi em tempo deputado estadual e é mentalidade de raro mérito (Diário da Borborema, 1963, p.2)

É intrigante que a homenagem a Aluizio Campos tenha sido proposta do seu primo Raimundo Montenegro. Em depoimentos registrados, em 2014, pelo historiador Josemir Camilo de Melo, Dona Socorro Costa que trabalhava na casa da fazenda e o sobrinho de Aluizio Campos, Fernando Antônio Campos, contam que Raimundo, que já havia sido acusado de assassinar um trabalhador rural⁴⁶, teria sido responsável por um atentado, na década de 1960, ao seu próprio primo “em quem atirara, quando da contagem do gado feito pelo fazendeiro, na Fazenda Algodoais, em Cabaceiras” (MELO, 2014, p. 75). Não há uma datação exata do ocorrido, portanto, não conseguimos saber se o atentado foi antes ou depois da proposta do referido busto. A trama é parte fundamental das querelas do fazer política com bronze e concreto. Certamente são esses pontos de ruptura na trajetória supostamente linear dos sujeitos que a ilusão biográfica suprime. “A biografia só terá sentido para o historiador se inventariar as diferenças constituintes do próprio indivíduo biografado, se encontrar naquele que se diz um, muitos outros, se empenhar-se em marcar os momentos de descontinuidade e inflexão na vida que é contada” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p.119). A conflituosa relação entre Aluizio Campos e Raimundo Montenegro parece ter sido silenciada nas narrativas oficiais, restando dela apenas as partes que convém lembrar. Basta dizer que há, em Campina

[44]. MEMORIAL Urbano de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996

[45]. MELO, Josemir Camilo de. Aluizio Afonso campos: o benemérito da FURNE. Campina Grande: EDFURNE, 2014.

[46]. SILVA FILHO. Lino Gomes da. Síntese histórica de Campina Grande., 1970-1963. João Pessoa: Editora Grafset, 2005.

Grande, nomes de ruas em homenagem a ambos como também a todos os políticos aqui citados.

Não encontrei o busto no local descrito pelo Projeto de Lei nº 54, a Praça da Bandeira, mas em 2019, ao visitar o Centro de Ciências Jurídicas - CCJ da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - me deparei com o seguinte monumento de mesmo nome (Figura 15). Com placa de inauguração tão desgastada pelo tempo que se torna ilegível, não resta dúvidas de que o jovem esculpido em busto, que permanece se equilibrando sobre uma desbotada estrutura de granito, é uma homenagem a Aluizio Afonso Campos, embora não tenhamos certeza se foi fabricado em 1964.



Figura 15 - Busto de Aluizio Afonso Campos no CCJ da UEPB.

Fonte: a autora (2022)

Para Patrícia Barros de Oliveira (2016), a biografia foi uma das maneiras encontradas pela imprensa oitocentista para cristalizar modelos de homens ilustres, masculinidades⁴⁷ retratadas em trajetórias de vida romantizadas que suprimem o emaranhado complexo das querelas vividas pelos sujeitos em determinados contextos. Nesse sentido, a biografia fabricada no palco da Câmara de Vereadores de Campina Grande parece beber dessa fonte e narrar uma história de forma a reorganizar acontecimentos para dar sentido à trajetória do sujeito, de acordo com a conveniência do redator. A intenção pedagógica de criar um modelo escultural de homem para as futuras gerações é própria desse movimento.

A segunda proposta de monumentalização do Projeto de Lei nº 54 se refere a uma estátua de um contemporâneo do Major Lino Gomes da Silva que nasceu em 02 de julho de 1855 na vila de Cabaceiras-PB: o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. Foi um médico e político que iniciou ambas as profissões em Campina Grande⁴⁸. O historiador Giscard Farias Agra (2010)⁴⁹ publicou um pertinente artigo sobre os discursos que conduziram à construção do “Dr. Chatô” como um mito de médico missionário, bondoso e amigo dos pobres. Argemiro de Figueiredo Filho, o relator do projeto, escreve: *quem não conheceu em vida o Dr. Chateaubriand, bem o conhece através dos seus relevantes serviços prestados ao povo de*

[47]. OLIVEIRA, Patrícia Barros. Representação de Gênero em meio a uma modernidade seletiva: a imprensa periódica na Paraíba e em Pernambuco nas décadas de 1870 e 1880. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande, 2016. p. 92

[48]. MEMORIAL Urbano de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

[49]. AGRA, Giscard Farias. A construção de um modelo ideal de médico: o Dr. Chatô como mito e paradigma da História da Medicina de Campina Grande. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Ano VII nº 7, 2010. p. 337-356

Campina, especialmente a classe pobre; àquele que em sua época deveria ter sido denominado de “o pai da pobreza”. Jamais mediu esforços para servir; não tinha na profissão de médico o espírito avarento de só visar dinheiro às custas dos pobres, com o privilégio de ser o primeiro médico a clinicar nesta cidade. Tinham em sua profissão um único intuito – servir para salvar as vidas de quem o procurasse.

O Dr. Chateaubriand nasce, nas narrativas investidas no século XX, como um modelo de médico da família, cujos atendimentos ainda eram feitos nos domicílios. O investimento faz parte de um movimento reacionário profundamente marcado pela rejeição à classe dos novos médicos, os doutores modernos pautados na ciência positiva, tal qual a rejeição às ameaças à classe política tradicional no período de redemocratização. A chegada de novos médicos à cidade, no início do século XX, contrapõe à idealização do primeiro médico a clinicar nesta cidade, pondo em xeque os ideais da tradicional elite campinense que tende a reagir com saudosismo. A medicina científica que havia se institucionalizado no século XX tem novo *modus operandi* que distancia o sujeito do conhecimento e o seu objeto de investigação, fazendo emergir os chamados “médicos frios”.

Embora o Projeto tenha sido aprovado, não sabemos se o Dr. Chatô, tribuno pelo Partido Liberal na monarquia e depois Deputado Federal pelo Partido Republicano, foi confeccionado em estátua de bronze. A ausência desse monumento intensifica a importância de se investigar a prática discursiva em documentos, inclusive nos intrincados jurídicos. É preciso dialogar com a história e a psicanálise, como indica Certeau (2016)⁵⁰, para des-

velar discursos que exibem jogos contraditórios entre o que se manifesta e o que se oculta aí, fazendo sobressair o sujeito ao mostrar o coral de vozes e os desejos que o determina. Embora não edificado no plano concreto das coisas, o objeto aqui já foi fabricado. A biografia forjada “faz sobressair o caráter fictício de seu objeto ao mostrar as contradições que o determinam” (CERTEAU, 2016, p. 102).

[50]. CERTEAU, Michel de. História e psicanálise: entre ciência e ficção. 2 ed. 1 Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Teria a promessa se cumprido?

Na tentativa de responder a essa pergunta sobre a perpetuação da memória cristalizada em bustos e estátuas de Campina Grande, vale a pena fazer algumas considerações sobre um interessante material. Em 2015, foi lançado o primeiro volume da *Revista do Patrimônio de Campina Grande: identificar, reconhecer e preservar*^[51], fruto do projeto “Educação Patrimonial na Escola,” fomentado pela Prefeitura de Campina Grande por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e da Secretaria Municipal de Educação com os Programas Mais Educação e Mais Cultura, bem como o apoio de instituições parceiras: Museu de Artes Assis Chateaubriand UEPB/FURNE e a Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural na Paraíba – IPHAN/PB.

[51]. FONSECA, Giovanna de Aquino. SILVA, Heitor de Andrade. (Organizadores). *Revista do Patrimônio de Campina Grande: identificar, reconhecer e preservar*. Prefeitura de Campina Grande: SECULT, Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. V. 1, n.1 (2015) Campina Grande - PB.



Figura 16 - Adaptada. Reprodução feita por estudante da Escola Municipal
Fonte: Revista do Patrimônio de Campina Grande, 2015, p. 7

Ao folhear o primeiro volume do periódico nos deparamos com vários bustos e estátuas reproduzidas em desenhos rabiscados por estudantes da Escola Municipal. Percebe-se, a partir das notas que vão sendo feitas ao longo do periódico, que o projeto teve em seu cerne o intuito de trazer para o meio escolar, a partir de espaços informais educativos, a proposta da construção da identidade e da preservação cultural, a partir do reconhecimento de elementos considerados patrimoniais. “Como viver seu presente sem uma identidade? Como planejar seu futuro sem conhecer sua base, sem saber onde seus pés estão plantados?” (FONSECA e SILVA, 2015, p. 5).

A revista em questão ajuda a pensarmos como a memória popular tem sido construída no âmbito da educação escolar pública de Campina Grande, mas cabe uma importante observação. A preservação de bustos e estátuas se torna fundamental, não necessariamente para a partir delas serem forjadas identidades, mas porque são documentos reveladores e alegóricos diante de um olhar investigativo. Como alerta Michel de Certeau (2016):

A revista em questão ajuda a pensarmos como a memória popular tem sido construída no âmbito da educação escolar pública de Campina Grande, mas cabe uma importante observação. A preservação de bustos e estátuas se torna fundamental, não necessariamente para a partir delas serem forjadas identidades, mas porque são documentos reveladores e alegóricos diante de um olhar investigativo. Como alerta Michel de Certeau (2016)

A identidade imobiliza o gesto de pensar, prestando homenagem a uma ordem. Pensar, pelo contrário, é passar; é questionar essa ordem, surpreender-se pelo fato de sua presença aí, indagar-se sobre o que tornou possível essa situação, procurar - ao percorrer suas paisagens - os vestígios dos movimentos que a formaram, além de descobrir nessas histórias, supostamente jacentes, o modo como e até onde seria possível pensar diferente” (CERTEAU, 2016, p.118).

Nesse sentido, longe de tratar os elementos patrimoniais como verdadeiros legados, a educação patrimonial precisa trilhar a tentativa de escapar daqueles que eram os contornos conhecidos, o supostamente familiar, escapar da tentativa de se estabelecer traços de continuidade para guerrear contra o que se apresenta como estável, contínuo e linear. Se torna preciso, portanto, colocar no centro da questão as condições que tornaram possíveis as monumentalizações, ao longo dos anos, as marcas deixadas pelas querelas em torno do qual sujeitos foram homenageados à guisa de desigualdades historicamente suprimidas.

Percebendo o que sobrou do passado, posto que não seria possível resgatar a sua totalidade, a História não cessa de afirmar o caráter mutável das experiências sociais. Cabe, a partir dessa proposta, alimentar o papel de uma educação patrimonial que

incita os estudantes a se deslocarem do lugar de meros turistas na cidade dando espaço para uma retórica do andar: “Sua elevação o transfigura num voyeur. Coloca-o à distância. Transforma o mundo encantatório pelo qual ele foi “possuído” num texto diante de seus olhos. E lhe permite lê-lo⁵².” Seguindo essa trilha, caberia aos estudantes perceberem nas cidades essas redes escritas, representações que compõem narrativas, resignificando-as. Nesse contexto, se não for possível problematizar os discursos de heroificação e desconfiar das identidades forjadas nesses interstícios entre história e memória, não estaríamos sendo peça da engrenagem que faz a Pedagogia da monumentalização funcionar? Destaca-se aqui, portanto, o esforço de se manter longe de uma educação patrimonial que se prostra diante de uma *Pedagogia da Produção e do Apagamento*, uma pedagogia que se revela seletiva, e por que não dizer excludente? Que tem vontade de produzir molduras perpétuas, que define papéis, que é divisória visto que cria a categoria de “sujeitos ilustres”, uma maquinaria que constrói rostos, personagens como modelos a serem subjetivados⁵³ :

A Pedagogia opera no cotidiano visando elaborar subjetividades, produzir identidades, adestrar e dirigir corpos e gestos, interditar, permitir e incitar ou ensinar hábitos, costumes e habilidades, traçar interditos, marcar diferenças entre o admitido e o excluído, valorar diferencialmente e hierarquicamente gostos, preferências, opções, pertencimentos, etc. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 21)

[52]. CERTEAU, Michel. *Andando na Cidade*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 23 - Cidade. 1994. p. 21 - 31.

[53]. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Pedagogia: a arte de erigir fronteiras*. In: Bujes, M. I. E.; Bonin, I. T. (Orgs.). *Pedagogias sem fronteiras*. Canoas: ULBRA, 2010. p. 21-31

Em *Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945*, o historiador Fabio Gutemberg Sousa (2006) faz um importante trabalho de resgatar outras identidades: populares, diversas e táticas, as que não foram contempladas em nenhuma das monumentalizações de sujeitos entre 1956 e 1964. Refiro-me a um trabalho que nos conduz a outras formas de habitar a cidade, na contramão dos desejos de uma elite que investe nos discursos de higienização, um desejo que não se restringe às técnicas de saneamento urbano, mas que transcendem em práticas e discursos de saneamento social. Destacando as cartografias e usos diversos dos espaços da cidade, a obra volta seu olhar para os sujeitos que emergem dos subúrbios e da zona rural, evidenciando curiosas práticas cotidianas.

Tendo como fonte processos criminais de 1920 a 1945, Fabio Sousa (2006) se depara com um mundo de atividades e profissões, destacando principalmente em seu enfoque grupos como os vendedores de pães, os carregadores de algodão, os choferes e os agricultores. Buscando reconstituir aspectos da vida desses grupos, evidenciando as incoerências, as mudanças de rotas que são próprias da arte de viver, conflitos e solidariedades, o historiador encontra fragmentos em nada menos que processos criminais, documentos que atestam o olhar panóptico⁵⁴ da elite campinense diante daqueles que fogem aos códigos de conduta impostos por uma moral hegemônica a saber.

Ao evidenciar os vendedores de pães, a narrativa parte de um vendedor que, na volta do distrito de Lagoa Seca, após ter andado cerca de oito quilômetros do Centro de Campina Grande até lá, conduzindo balaio ou caixa de pães, é alvo de desconfiança dos proprietários da padaria após alegar ter sido vítima de as-

[54]. Sobre o exercício do olhar panóptico ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES, 2014.

salto. Além de pães, os andarilhos levavam informações da vida no centro da cidade para os subúrbios: “as vendas sempre nos mesmos horários funcionavam como códigos que os faziam familiares aos olhos e ouvidos dos moradores dos lugares por onde andavam” (SOUSA, 2006, p. 37). Se para os habitantes mais longínquos os vendedores eram familiares, dentro da lógica seletiva da elite campinense, eles eram sempre suspeitos. Outro grupo que recebe destaque é o dos carregadores de algodão (Figura 17) que carregavam e descarregavam pesados fardos de algodão principalmente nas áreas centrais da cidade, onde ficavam grande parte das fábricas de beneficiamento.

Em Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945, o historiador Fabio Gutemberg Sousa (2006) faz um importante trabalho de resgatar outras identidades: populares, diversas e táticas, as que não foram contempladas em nenhuma das monumentalizações de sujeitos entre 1956 e 1964. Refiro-me a um trabalho que nos conduz a outras formas de habitar a cidade, na contramão dos desejos de uma elite que investe nos discursos de higienização, um desejo que não se restringe às técnicas de saneamento urbano, mas que transcendem em práticas e discursos de saneamento social. Destacando as cartografias e usos diversos dos espaços da cidade, a obra volta seu olhar para os sujeitos que emergem dos subúrbios e da zona rural, evidenciando curiosas práticas cotidianas.

Tendo como fonte processos criminais de 1920 a 1945, Fabio Sousa (2006) se depara com um mundo de atividades e profissões, destacando principalmente em seu enfoque grupos como os vendedores de pães, os carregadores de algodão, os choferes e os agricultores. Buscando reconstituir aspectos da vida desses grupos, evidenciando as incoerências, as mudanças de rotas que são próprias da arte de viver, conflitos e solidariedades, o historiador encontra fragmentos em nada menos que processos criminais,

documentos que atestam o olhar panóptico da elite campinense diante daqueles que fogem aos códigos de conduta impostos por uma moral hegemônica a saber. Ao evidenciar os vendedores de pães, a narrativa parte de um vendedor que, na volta do distrito de Lagoa Seca, após ter andado cerca de oito quilômetros do Centro de Campina Grande até lá, conduzindo balaio ou caixa de pães, é alvo de desconfiança dos proprietários da padaria após alegar ter sido vítima de assalto. Além de pães, os andarilhos levavam informações da vida no centro da cidade para os subúrbios: “as vendas sempre nos mesmos horários funcionavam como códigos que os faziam familiares aos olhos e ouvidos dos moradores dos lugares por onde andavam” (SOUSA, 2006, p. 37). Se para os habitantes mais longínquos os vendedores eram familiares, dentro da lógica seletiva da elite campinense, eles eram sempre suspeitos. Outro grupo que recebe destaque é o dos carregadores de algodão (Figura 17) que carregavam e descarregavam pesados fardos de algodão principalmente nas áreas centrais da cidade, onde ficavam grande parte das fábricas de beneficiamento.



Figura 17 - Publicação Internacional (1922): "Some observations on the cotton industry of Brazil", Rua Marquês do Herval - Centro de Campina Grande. Fonte: Dr. Andrew MacNairn Soule, Cornell University - Faculdade Estadual de Agricultura da Geórgia, 1922

A questão é que após cumprirem suas tarefas, os carregadores tinham o costume de permanecerem no local. Habitando as embelezadas ruas centrais, os sujeitos eram considerados “elementos arruaceiros, anarquistas e perturbadores da ordem pública” (SOUSA, 2006, p. 39). Surpreendentemente foi encontrado um intrigante documento criminal com dizeres de nada menos que o advogado Hortênsio Ribeiro, cujo projeto de Lei nº 53 de 1964 pretendeu homenagear com um busto na praça Rotary:

É costume entre calungas, carapuceiros e gentes da ralé viverem de assuadas e remoques uns com os outros, acontecendo vez por outra das suas vozearias rebentar uma cena de pugilato, em que ordinariamente os contedores apenas exercitam os músculos afeitos ao trabalho pesado. (SOUSA, 2006, p. 39)

O trecho é uma demonstração singular do preconceito e da discriminação que os carregadores de algodão, homens em sua maioria mestiços e em estado de vulnerabilidade social, devem ter vivido. Calunga é o nome atribuído a descendentes africanos escravizados, fugidos e libertos, mas também é o nome dado ao espírito que se manifesta principalmente através da Umbanda. Quanto ao adjetivo “carapuceiros”, este é um pouco mais difícil de decifrar, embora possa significar “fabricante de carapuças” ou de chapéus, a palavra pode estar associada aos sujeitos de modo que “a carapuça possa servir”, quando eles se identificam com algo ruim que tenham feito. Ao acusá-los de “gente da ralé”, de viverem de forma incivilizada, animalizando-os, Hortênsio Ribeiro deixa escapar o desejo de afastá-los dos centros urbanos, servindo a um saneamento e higienização social que terá grande repercussão nas reformas que serão investidas entre 1930 e 1945 no centro da cidade.

Dando seguimento à trilha deixada pelo historiador Fabio Gutemberg de Sousa (2006), convém destacar outro grupo, o dos choferes. Mais comumente conhecidos como motoristas de automóveis e caminhões, normalmente trabalhando para outras pessoas, eram elementos novos que vinham balançando os alicerces tradicionais da cena pública, interferindo inclusive na organização e no trânsito urbano (Figura 18). As denúncias investidas aos choferes residiam em proibir que homens e meretrizes andassem de automóvel pela cidade, nas palavras do delegado: “em defesa da moral e dos bons costumes que periclitavam, assediados por suspeitos adventícios que por aqueles tempos tomavam a cidade” (SOUSA, 2006, p. 51). Nem mesmo os motoristas de automóveis escaparam à imposição de certa ordem moral, regras e códigos, sem dúvida, pedagógicos.



Figura 18 - Rua João Pessoa - Centro de Campina Grande em 1929.

Fonte: Blog Retalhos Históricos, 2010.

Quanto aos pequenos agricultores que protagonizavam os dias de feira no centro da cidade, estes aparecem nos documentos criminais como acusados de praticar a medicina ilegal. O caso em destaque é do agricultor Joaquim Pontual, que utilizava conhecimentos populares sobre plantas medicinais e certos rituais e crenças “para atender e minorar as agruras de uma população entregue à sua própria sorte” (SOUSA, 2006, p. 78). Como elemento central que parece pôr em cheque um certo poderio da medicina moderna e de seus representantes: ricos médicos da cidade, as práticas dos curandeiros afrontam as elites locais, pondo em risco as relações de favor e de dependência que lhes rendiam dividendos, especialmente em época de eleição.

Bastariam esses exemplos para evidenciar que a Pedagogia da monumentalização encontra lugar também em outros espaços que não o das representações. Sem a reserva de limites em suas fronteiras, a prática pedagógica transborda, exigindo performances dos sujeitos populares ao utilizarem os espaços que são seus, reprimindo costumes indesejados a partir de dispositivos de normalização, de técnicas disciplinares.

Esse convite a pensar na existência de outros grupos que foram suprimidos das monumentalizações não pretende dar conta da vida complexa e labiríntica desses personagens, nem tão pouco reduzi-los às descrições e discursos generalizantes de um todo social presentes nos documentos criminais da época. Escolhendo o caminho oposto, a ideia é compreender o caráter divisor e pedagógico que funciona de modo análogo às monumentalizações, as contradições e tensões que são pertinentes às relações sociais da época.

Nesse sentido, pretende-se romper com a historiografia que, por muito tempo, foi presidida pela lógica da identidade, con-

tribuindo na construção de identidades nacionais, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, e subsidiando as grandes guerras ao se distanciar da tolerância ao diferente, ao estrangeiro. Ao seguir a lógica da preservação, o monumento reivindica o passado, convida-o para o diálogo. Se torna preciso indagar: que concepção sobre categorias de passado queremos privilegiar na educação patrimonial? Nesse sentido, “mais do que ensinar fatos, eventos, falar de datas e personagens, mais do que falar do passado, o professor de história deve ser um veículo de experimentação dos tempos em suas diferenças, em suas descontinuidades, em seus deslocamentos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 217).

Seria papel da educação patrimonial em espaços educativos não-formais, tendo cuidado para não reproduzir o discurso fundador dos elementos patrimoniais⁵⁵, tornar possível o deslocamento do estudante para fora de seu tempo, para fora até mesmo do lugar que tomou para si, seus valores, seus costumes, sua cultura, para provocar o sentimento de estranheza, para fazê-los confrontar-se com outras formas de ser e de estar no tempo e no espaço, habitar os espaços não familiares, distanciando-se do que julgava ser sua identidade para só a partir de então se tornarem sujeitos críticos, investirem em uma estética de si mesmos. Longe de reproduzir a lógica do adestramento de corpos, as mesmas que permeiam a Pedagogia da monumentalização, a educação patrimonial exige libertar, fazer novas escolhas narrativas para o que foi apresentado: “ensinar é apontar coisas e sugerir definições e maneiras de leitura para elas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 227). Se, por esse lado, queremos preservar bustos e estátuas, não seria conveniente fazer aparecerem as marcas que se escondem

[55]. ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais. Cadernos do CEOM - Ano 20, nº 26 - Educação Patrimonial. p. 257 - 266.

em suas brechas? Expor o desbotamento, aquilo que já não nos serve mais, deformar as ordens que tornaram possíveis as suas fabricações? Não se trata, no entanto, de necessariamente destruí-las no sentido radical e físico, mas de interrogá-las à medida em que nos interrogamos: Qual o genuíno papel desses monumentos frente a uma educação patrimonial? Quais incongruências esses elementos ocultam, quais incoerências e conflitos nas vidas dos monumentalizados os emolduramentos insistem em ocultar? A intenção é balançar os alicerces de uma cultura escolar marcada pelos valores burgueses racionalizantes, marcados pelos desejos de uma elite profundamente hierárquica, conservadora, heroizante e excludente, capaz de investir esforços para o apagamento de qualquer objeto que represente desvios da sua ordem.

Nesse momento, é bastante justo que a educação patrimonial, assistida pela historiografia, “olhe para aqueles que foram os pequenos de todas as épocas, que não mereceram mais do que uma cova rasa, e que, às vezes, apenas um monte de pedras na beira de uma estrada constitui o único monumento à sua existência obscura” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 276). A proposta se afasta, em grande medida, da ideia unilateral da identificação e do reconhecimento para embarcar em uma educação patrimonial problematizadora em que as identidades dos sujeitos podem vir a ser desmanchadas, partidas em pedaços, dessacralizadas, para que novos rostos venham à luz.

A fabricação de bustos e estátuas em bronze é uma das técnicas mais usadas ao longo da história da escultura. Sua grande popularidade se deve à sua enorme resistência estrutural, à resistência à corrosão atmosférica, à facilidade de fundição e uma capacidade de acabamento que permite excelente polimento. Primeiro a modelagem de um rosto com gesso, argila ou outro material plástico, que será a primeira visão da obra. Aplica-se uma camada interna de cera no molde, como se fosse a casca de uma

laranja, que será substituída pelo metal, na hora da fundição. Reforços estruturais são adicionados aumentando a camada de cera em alguns pontos ou colocando-se pedaços do mesmo material. Preenchem então o espaço interior restante no molde para não gastar muito bronze e deixar a peça mais leve.

O conjunto do molde é então reforçado externamente para que não se rompa durante a fundição. Verte-se então o metal fundido, cuidando de deixar um caminho por onde saia a cera derretida. Após um período de resfriamento, desmoldagem e correção de pequenos defeitos de fundição, a peça vai ao acabamento final⁵⁶. É chegada a hora do polimento. Aplicam-se materiais corrosivos para oxidar a peça e formar uma pátina que protege e dá a cor final da obra. Depois, os preparativos para o momento em que o monumento será vestido para a inauguração em determinada praça ou logradouro público, a construção do pedestal em concreto ou metal para sua elevação, para dar forma à “ereção”.

Essa detalhada descrição sobre técnicas de fundição me transporta a uma aula qualquer no campo da Engenharia Civil como “teoria das estruturas”, “construções metálicas”, ou algo como “construções de concreto armado I”. Buscando rotas de fuga, a escrita desse trabalho me liberta, como se agora fosse possível dar sentido às questões que me inquietaram ao longo da graduação. Agora se torna possível investigar os motivos pelos quais projetamos e construímos monumentos ao longo do tempo, torna-se pertinente perguntar a quais interesses estaríamos atendendo, sem soar estranho aos meus colegas e professores, como foi nas longas aulas no Centro de Exatas. Tornou-se factível pensar agora porque há um elemento totalmente novo e fundamental, algo que permanecia oculto e inerte, indiscutível e dispensável na

[56]. GLOSSÁRIO de técnicas artísticas. 2012. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/napead/projetos/glossario-tecnicas-artisticas/fundicao.php>> Acesso em 26 de junho de 2022.

engenharia, algo que só convinha lembrar quando fosse preciso fazer girar as engrenagens das grandes construções, dos grandes empreendimentos: refiro-me aos sujeitos e suas complexas tramas e artes de fazer.

Referências

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, Joabe Barbosa. “*Cassar e caçar*”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. *Revista Paraibana de História*, ano 1, n. 1, p. 56-73, 2014.

AGRA, Giscard Farias. A construção de um modelo ideal de médico: o dr. Chatô como mito e paradigma da história da medicina de Campina Grande. *Revista Caderno de História UFPE*. Recife, ano VII. Nº 7, p. 337 -356, 2010.

AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ALMEIDA, José Américo de. *Memórias: antes que me esqueça*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 97-108.*

_____. *O tecelão dos tempos. Novos ensaios de teoria da história*. Intermeios: São Paulo, 2019.

_____. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. *Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. *Pedagogia: a arte de erigir fronteiras*. In: Bujes, M. I. E.; Bonin, I. T. (Orgs.). *Pedagogias sem fronteiras*. Canoas: ULBRA, 2010. p. 21-31.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: uma outra história*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2015.

ATWOOD, Margaret. *Os testamentos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

ARAÚJO, Railane Martins de. *O governo Pedro Gondim e o teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-1965)*. João Pessoa: UFPB, 2009.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. Campina Grande: Grafset, 1986, 82

ARAÚJO, Helena Maria Marques. *Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais. Cadernos do CEOM - Ano 20, nº 26 - Educação Patrimonial*. p. 257 - 266.

BARBIER, E. J. F. *Journal d'un bourgeois de Paris sous le règne de Louis XIV*, Paris, Union Générale d'Éditions, 10/18, 1963.

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales (62/63):69-72, juin, 1986.

CAVALCANTI NETO, Faustino. *O PCB paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na fase da “redemocratização” (1945-1953)* – Campina Grande: UEPB, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CERTEAU, Michel. *Ler: uma operação de caça*. In: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. 2 ed. 1 Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Andando na Cidade*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 23 - Cidade. 1994. p. 21 - 31.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. 1ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CARNEIRO, Luciano. *Nasceu uma estátua*. Revista O Cruzeiro, Campina Grande, p. 46-48, dez. 1958.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES, 2014.

FONSECA, Giovanna de Aquino. SILVA, Heitor de Andrade. (Organizadores). *Revista do Patrimônio de Campina Grande: identificar, reconhecer e preservar*. Prefeitura de Campina Grande: SECULT, Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. V. 1, n.1 (2015) Campina Grande - PB.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2.ed. São Paulo: Vértice, 1990.

JULLIARD, Jacques. A política. In: Le GOFF e NORA. *História: novas abordagens*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. p. 180-193.

LACERDA JÚNIOR, Jônatas Araújo. LIRA, Agostino Nunes da Costa. *Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas*. – Campina Grande: UFCG, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6.ed. Campinas: editora unicamp, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Itapevi, São Paulo: Nebli, 2016.

LIMA, Luciano Mendonça de. Um Golpe de Classe! A ditadura militar em Campina Grande. In: *Poder, memória e resistência: 50 anos do Golpe de 1964 e outros ensaios*. Tiago Bernardon de Oliveira, José Luciano de Queiroz Aires, Vânia Cristina da Silva, organizadores. – João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016. 374p.

LOPES, Carlos André Martins. A invenção da virilidade em Memórias, de José Américo de Almeida. In: ZICA, Matheus da Cruz e. (org.) *Experiências formativas não escolares: história e teoria da educação*. Campina Grande: EDUFCEG, 2021.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: questões e debates*. Curitiba, nº 34, p. 45-63, 2001. Editora da UFPR.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MEDEIROS, Evelyn Lima. *Entre o mítico e o real: um discurso acerca do governo JK na visão do Diário da Borborema de 1958*. Campina Grande: UEPB, 2013.

MELO, Josemir Camilo de. *Aluízio Afonso Campos: o benemérito da FURNE*. Campina Grande: EDFURNE, 2014.

MEMORIAL Urbano de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Revista Projeto História, São Paulo, V.10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Patrícia Barros. *Representação de Gênero em meio a uma modernidade seletiva: a imprensa periódica na Paraíba e em Pernambuco nas décadas de 1870 e 1880*. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande, 2016. p. 92

OLIVEIRA, Cícero. *Chartier e Foucault: poder, cultura e representação*. Revista Politética. São Paulo, V. 6, nº 2, 2018. p. 68-87

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 200-212, out. 1992.

_____. *Memória, esquecimento e silêncio*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2ª ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

QUEIROZ, Marcus, Vinicius Dantas de. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura de Campina Grande em transformação 1930-1950*. Campina Grande: EDUFCEG, 2016.

RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos. *A leitura de Chartier do pensamento Foucaultiano*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. p. 1-8.

SANTOS, Fabrício Pereira dos. *Representações sobre o prefeito Severino Cabral dentro de uma Cultura Política Modernizante na cidade de Campina Grande (1958-1963)*. Campina Grande: UFCG, 2014.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)*. João Pessoa: UFPB, 2017.

SILVA FILHO. Lino Gomes da. *Síntese histórica de Campina Grande., 1970-1963*. João Pessoa: Editora Grafset, 2005.

SYLVESTRE, Josué. *Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953)*. Brasília, Senado Federal, 1982.

SYLVESTRE, Jusué. *Meio século de vida pública sem mandado ou com? Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000)*. Volume 1. Campina Grande: Latus, 2013.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Partido Político, Conservadorismo e Ditadura Militar: a Aliança Renova-dora Nacional*

(ARENA) na Paraíba (1964-1968). *Saeculum Revista de História*. V. 39, n° 39. p. 133-148, 2018.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de confrontos: Campina Grande 1920 – 1945*. Campina Grande: EDUF-CG, 2006.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Campina meu grande amor: aventuras e desventuras de Florêncio Pimenta na Rainha da Borborema (1920-1992)*. Campina Grande: Nativa Edições, 2021.

Fontes

ALTARES, Guillermo. Violência do colonialismo abre espaço na memória coletiva da Europa. 11 de junho de 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-11/violencia-do-colonialismo-abre-espaco-na-memoria-coletiva-da-europa.html> > Acesso em 14 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 6.454 de 24 de outubro de 1977. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6454.htm > Acesso em 27 de junho de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm > Acesso em 27 de junho de 2022.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei 004/98. Faz denominação de rua João Nogueira de Arruda e dá outras providências. Câmara Municipal de Campina Grande. 1998. Disponível em: < https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/1998/41116/plo_004-1998.pdf > Acesso em 15 de abril de 2022.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 932 de 31 de agosto de 1961. Dá denominação de um logradouro público e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 129 de 08 de junho de 1956. Dá denominação a logradouro, autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 53 de 14 de fevereiro de 1964. Autoriza construção de monumento e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 54 de 03 de fevereiro de 1964. Autoriza construção de monumentos e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 55 de 07 de fevereiro de 1964. Autoriza construção de estátua e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 59 de 03 de fevereiro de 1964. Autoriza construção de monumento e dá outras providências.

BRASIL. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº 150 de 18 de dezembro de 1963. Autoriza construção de monumento e dá outras providências.

CARNEIRO, Luciano. Nasceu uma estátua: serviço de abastecimento de água e recompensa o Presidente com um monumento. Revista O Cruzeiro. 20 de dezembro de 1958, p.1.

CMCG. Ata da trigésima segunda sessão ordinária, realizada em 03 de abril de 1964.

_____. Ata da décima terceira sessão extraordinária, realizada em 15 de junho de 1964.

_____. Ata da Sessão especial comemorativa ao nono ano da Revolução de 31 de março de 1964, realizada em 29 de março de 1973.

_____. Resolução nº 20 de 15 de junho de 1964. Declara vagos os cargos de Prefeito e Vice-prefeito.

_____. Resolução nº 13 de 28 de agosto de 1981. Fica denominada Casa Félix Araújo a Câmara Municipal de Campina Grande.

GLOSSÁRIO de técnicas artísticas. 2012. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/napead/projetos/glossario-tecnicas-artisticas/fundicao.php>> Acesso em 26 de junho de 2022.

JUSBRASIL. Ministério Público recomenda alteração de nomes de logradouros públicos em Nova Serrana. 2012. Disponível em: <<https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/3044124/mpmampmg-ministerio-publico-recomenda-alteracao-de-nomes-de-logradouros-publicos-em-nova-serrana>> Acesso em 11 de jun. 2022.

JUSBRASIL. Justiça determina alteração do nome de pessoa viva em prédio do CRC/PI. 2018 Disponível em: <<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/754819863/mpf-justica-determina-alteracao-do-nome-de-pessoa-viva-em-predio-do-crc-pi>> Acesso em 11 de jun. 2022.

JUSBRASIL. MP recomenda retirada de homenagens a pessoas vivas em prédios públicos de Cruz. 2013. Disponível em: <<https://mp-ce.jusbrasil.com.br/noticias/100442880/mp-recomenda-retirada-de-homenagens-a-pessoas-vivas-em-predios-publicos-de-cruz>> Acesso em 11 de jun. 2022.

JUSBRASIL. MPF/AL recomenda alteração de nomes de ruas em homenagem a pessoas vivas. 2012. Disponível em: <<https://pr-al.jusbrasil.com.br/noticias/100055260/mpf-al-recomenda-alteracao-de-nomes-de-ruas-em-homenagem-a-pessoas-vivas>>. Acesso em 11 de jun. 2022.

KAORU, Thâmara. Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo. 24 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo/>. Acesso em 12 de setembro de 2021.

MANIFESTANTES derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, na Inglaterra. G1 portal de notícias da Globo. 07 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-es-tatua-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglesa>

tatua-do-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghml. Acesso em 14 de junho de 2021

NUNES, Brunella. Estátua do Borba Gato: como lidar com monumentos polêmicos do passado. 10 de junho de 2020. Disponível em: < <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/10/derrubar-ou-manter-como-lidar-com-os-monumentos-polemicos-do-passado.htm>> Acesso de 14 de junho de 2021.

NOGUEIRA, André. Estátuas de Cristóvão Colombo são destruídas em protestos antirracistas nos EUA. 11 de junho de 2020. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-destruidas-em-protestos-antirracistas-nos-eua.phtml>> Acesso em 14 de junho de 2021.

NOGUEIRA, André. Estátua de Winston Churchill é vandalizada em intervenções antirracistas em Londres. 08 de junho de 2020. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatua-de-winston-churchill-e-vandalizada-em-intervencao-antirracista-em-londres.phtml>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

PRESSE, France. Cidade da Bélgica retira estátua de polêmico rei após protestos antirracistas. 09 de junho de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/cidade-da-belgica-retira-estatua-de-polemico-rei-apos-protestos-antirracistas.ghml>> Acesso em 14 de junho de 2021.

RODRIGO DO Ó, Edmilson. Juscelino. Concurso de frases. 01 de maio de 2016. Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2016/05/o-blo->

g-rhcg-ao-longo-de-sua-historia.html#.YhKPKOjMK3A Acesso em 20 de fevereiro de 2022. Comentário em postagem do Blog.

SALEMA, Isabel. A estátua derrubada que entrou no museu, mas não voltou a erguer-se. 06 de junho de 2021. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2021/06/06/culturaipsilon/noticia/estatua-derrubada-entrou-museu-nao-voltou-erguerse-1965472>> Acesso em 14 de junho de 2021.

Amanda Luiza Freire de Almeida



Graduada em Engenharia Civil (2019) pela Universidade Federal de Campina Grande com Mestrado em História (2022) pela mesma instituição. Licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2023). É especialista em EAD e Novas

Tecnologias da Educação e atua na área de Tecnologias Educacionais e Gestão Pedagógica com Equipe Multidisciplinar.



Em 17 de maio de 2021 a Editora da UFCG aprovou a proposta de criação da **COLEÇÃO “Série História Cultural das Práticas Educativas”**, apresentada pela coordenação da **Linha de Pesquisa n.3 do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG**, que leva o mesmo título da Coleção: História Cultural das Práticas Educativas. Criada em 2014, a referida Linha de Pesquisa atualmente conta com onze professores pesquisadores, todos com nível de Doutorado, orientando um número expressivo de mestrandos.

O campo da **História Cultural das Práticas Educativas** caracteriza-se por amplo direcionamento acadêmico estabelecendo um diálogo com outros domínios da História, bem como com outros campos das Ciências Humanas. Ele abarca temáticas as mais variadas, apresentando uma divisão mais ou menos nítida entre duas grandes direções, mesmo que ambas estejam em diálogo e se interpenetrem: por um lado **as Práticas Culturais Escolares**; por outro, **as Não Escolares**.

No interior dessas duas grandes direções existem ainda três eixos de discussão que se interconectam e que também animam nossas pesquisas, a saber: **1 - História Cultural das Práticas Educativas** a partir do qual damos especial atenção aos diversos espaços e suas educabilidades, analisando como em diferentes

momentos da história o espaço contribuiu para educar, ensinar, congregando experiências dos sujeitos; **2 - História Cultural das Sensibilidades**, que tem como objetivo colocar em discussão as sociabilidades diversas a partir de espaços como festas, salão de beleza e de jogos, praias, clubes da terceira idade, dentre outros; e, por fim, **3 - Tecnologias do corpo**, no qual procuramos problematizar a formação de sujeitos e de suas tecnologias corporais, dando ênfase à história cultural da beleza, do cuidado de si, das biopolíticas, dentre outras.

Tendo sido reconhecida a importância e amplitude da produção de conhecimento que tem sido realizada pelos professores e mestrados nesse universo temático ele agora ganha esse relevante espaço para sua divulgação científica através da parceria com os excelentes resultados da Editora da UFCG, somando esforços por um futuro de maior empatia e esclarecimento para o nosso país.

Para mais informações sobre a Linha 3 do PPGH/UFCG visite nosso site: <https://ppghufcglinha3.wixsite.com/ppgh-linha3>

Formato 15x21 cm
Tipologia Alegreya
Nº de Pág. 149



Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

Esta coletânea reúne textos expressivos de estudiosos da história da educação que relacionam processos formativos ao ensino não formal. Os autores buscam discutir e refletir, a partir de pesquisas desenvolvidas e em curso no âmbito da pós-graduação, práticas construídas ao longo do tempo e do espaço sobre experiências educativas que se concretizaram em espaços distintos da escola formal. Além disso, as reflexões aqui apresentadas cumprem a tarefa importante de fornecer caminhos teóricos-metodológicos para refletir sobre um campo vasto, porém ainda pouco explorado, no âmbito de práticas educativas. A ênfase dos trabalhos da coletânea recai também sobre as articulações entre o local e o global, percebendo de que forma espaços, como o da Paraíba, dialogam em nível transnacional com um campo teórico mais abrangente, em torno da construção de sentidos para a educação. As propostas aqui apresentadas vêm sanar lacunas ainda existentes, bem como contribuir para o estímulo de pesquisas sobre o ensino em espaços diferenciados do modelo escolar formal.

Prof. Me. Márcio dos Santos Rodrigues

(Historiador e atualmente doutorando em História pela UFPA)